REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO X - NÚMERO 49 - BIMESTRAL - 2014
www.ibefrio.org.br

Paulo Godoy, presidente da Alupar Investimento S/A

Embaixador da Grécia: o euro e a presidência da União Europeia

Antonio Carlos Bueno de Camargo Silva: o Brasil e a crise de 2008

Secretário de Assuntos Internacionais do MF: o que esperar do G20

Humberto Sardenberg: o desafio da educação financeira

IBEF
Rio de Janeiro

Top Down, há 28 anos contribuindo com o bem-estar da sua empresa.

HÁ 28 ANOS NO MERCADO DE TI, A TOP DOWN É CONSULTORA NA ÁREA DE INFORMÁTICA. COM PACOTES PRÉ-FORMATADOS E SISTEMAS DESENVOLVIDOS SOB MEDIDA, CONTRIBUÍMOS COM A GESTÃO DE SUA EMPRESA DE MANEIRA TOP, PARA QUE VOCÊ FOQUE SEUS ESFORÇOS NOS PONTOS PRINCIPAIS DO NEGÓCIO. O DOMÍNIO DA TECNOLOGIA ALIADO AO DIÁLOGO E CUMPLICIDADE SÃO OS VALORES PRINCIPAIS NO RELACIONAMENTO DE NOSSA EQUIPE COM OS CLIENTES.

O Top Saúde Médico é o produto ideal para seu negócio. Ele gerencia todas as etapas dos processos administrativos de Planos de Saúde, contribuindo com sua produtividade e auxiliando na tomada de decisões.

CONHEÇA MAIS SOBRE O NOSSO NEGÓCIO EM:
www.topdown.com.br • www.facebook.com/topdownsistemas • www.twitter.com/topdownsistemas

Editorial

IV Prêmio IBEF de Sustentabilidade

O IBEF já abriu as inscrições para a IV edição do Prêmio IBEF de Sustentabilidade, que visa certificar e premiar cases de empresas e administrações que possuem ações na área. O imenso sucesso do projeto é comprovado pelo número cada vez maior de *cases* que recebemos anualmente, além do prestígio de contarmos com o apoio de renomadas empresas, que realizam diversas atividades em prol de crescimento econômico sustentável.

Queremos que as empresas participantes encontrem a excelência e independência em administração na economia brasileira e no Mercosul, no que diz respeito às decisões de investimento e operação. A ideia é alcançar os padrões e à adoção das melhores práticas. Vale dizer que a certificação na área de Sustentabilidade para uma organização é um reconhecimento de suas responsabilidades junto ao meio ambiente e a economia brasileira, o que reflete uma nova postura empresarial.

Abril 2014

Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

CAPA.....2
Paulo Godoy, presidente da Alupar Investimentos S/A: copo meio cheio ou meio vazio?

OPINIÃO.....4
Humberto Sardenberg: educação financeira.

INTERNACIONAL.....6
Projetos impulsionam profissionais financeiros.

OPINIÃO.....8
Dimitri Alexandrakis: Grécia, o euro e a UE.

GOVERNANÇA CORPORATIVA.....10
CCR inova na divulgação de relato integrado.

NACIONAL.....12
Feiras e eventos movimentam bilhões no Brasil.

SEGUROS.....14
Desafios para o Brasil

OPINIÃO.....16
Carlos Cozendey - O G20 em 2014: o que esperar?

NACIONAL.....18
Indústria brasileira e as expectativas para 2014.

NACIONAL.....20
O Brasil e seus líderes empresariais.

INTERNACIONAL.....21
Peugeot em Milão estreia do sofá ONYX.

DAY TRADE.....22
Coluna de informação.

PETRÓLEO E GÁS.....24
Perspectivas para a indústria de petróleo e gás no Brasil.

NACIONAL.....26
Certificado Digital ganha força no Brasil.

NACIONAL.....27
Somos um Rio $urreal.

OPINIÃO.....28
Marcus Vinicius Buschmann: planejamento jurídico-valorativo: defesa contra o abuso das informações.

INTERNACIONAL.....29
MINT – surge novo grupo econômico de 4 países!

OPINIÃO.....30
Antonio Carlos B. C. Silva: sistema financeiro nacional e a crise de 2008.

OPINIÃO.....32
Cássia Gil: acesso aos planos odontológicos tende a crescer entre os brasileiros.

NACIONAL.....34
A inovação na construção civil no Brasil.

OPINIÃO.....36
Virgílio Viana: desenvolvimento sustentável.

NACIONAL.....37
Governo federal vai privatizar a raspadinha.

OPINIÃO.....38
Marcus Nakagawa: ano novo, empresa mais sustentável.

OPINIÃO.....40
Marcus Nakagawa: desafios na OMC.

ESTANTE.....41
Coluna sobre publicações editoriais.

OPINIÃO.....42
Marcos H. Silva: vender a empresa não é pecado.

NACIONAL.....44
1º Fórum Brasileiro de Mineração

JURISPRUDÊNCIA.....46
Thiago Rodovalho: nova Lei Anticorrupção.

NACIONAL.....48
IV Prêmio IBEF de Sustentabilidade.

Paulo Godoy, presidente da Alupar Investimento S/A

Copo meio cheio ou meio vazio?

Num país em que muito já foi feito, mas ainda falta muito para se fazer, essa dupla visão é recorrente.

Nos últimos dez anos, o Brasil foi marcado por uma ampla política de transferência de renda, aumento da base do consumo e ampliação da oferta de crédito, suportado por um modelo macroeconômico de câmbio flexível, meta de inflação e superávit fiscal.

A forte expansão da economia mundial valorizou as commodities, possibilitando um expressivo superávit na balança comercial e um consistente volume de reservas cambiais.

Em 2004, foi aprovado o novo marco regulatório do setor elétrico, restabelecendo condições para um novo ciclo de investimentos. Em 2007, o governo lançou o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, para tentar resolver uma das grandes deficiências estruturais de nossa economia: a ineficiente infraestrutura.

Vivemos, então, um período virtuoso, com crescimento, melhoria dos indicadores sociais, de emprego e renda.

O Brasil chamava a atenção do mundo. A balança comercial brasileira apresentava superávits superiores a US$ 40 bilhões/ano. Com a indicação para promover a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o alcance do grau de investimento promovido pelas agências de risco, em 2008, e ainda as reservas internacionais ultrapassando os U$ 200 bilhões no início de 2009, o Brasil alcançou o reconhecimento internacional, simbolicamente representado pela célebre manchete de capa da revista The Economist: “Brazil Takes Off”. O copo parecia estar enchendo rapidamente.

Mas aí, em 2008, veio a crise financeira internacional, simbolizada pela quebra do Lehman Brothers. As estruturas econômicas dos países foram colocadas em xeque. Apesar de uma contaminação relativamente branda para o Brasil, as consequências começaram a ser sentidas. Os superávits comerciais históricos de 2006/07 foram minguando até atingirem os inexpressivos U$ 2,5 bilhões em 2013. E como efeito perverso, a crise inviabilizou diversas atividades industriais. A política de aumento de consumo e crédito parecia não mais surtir os mesmos efeitos. Programas importantes como o Minha Casa, Minha Vida e a política de desoneração e incentivos ajudaram a sustentar um crescimento positivo e manter os

"O mercado não conspira coletivamente contra países. Não se deve governar apenas com o olhar dos mercados e suas agências de risco. Mas, em termos econômicos, deve-se, sim, levar em conta os sentimentos de lá extraídos."

índices de quase pleno emprego. Mas não foram suficientes para revigorar as expectativas dos agentes econômicos. Nem mesmo a retomada de um grande programa de concessões em infraestrutura foi capaz de evitar uma nova capa na The Economist quatro anos depois, só que com a manchete: "*Has Brazil Blown It?*". Não foi uma afirmação, mas uma pergunta. Estamos colocando tudo a perder? A sensação de copo meio vazio voltou a assombrar o mercado.

O mais provável é que as duas análises da The Economist tenham sido exageradas, no otimismo e no pessimismo.

O mercado não conspira coletivamente contra países. Não se deve governar apenas com o olhar dos mercados e suas agências de risco. Mas, em termos econômicos, deve-se, sim, levar em conta os sentimentos de lá extraídos.

Para minimizar o efeito "gangorra", muitas vezes imposto por crises econômicas internacionais, é preciso mudar estruturalmente.

Nos próximos anos, o país tem de enfrentar a revisão de um sistema tributário injusto, anacrônico e ineficiente, rever e modernizar as relações trabalhistas, reorientar a funcionalidade das instituições do Estado, redefinir funções, estabelecer metas de desempenho, combater a burocracia e a ineficiência, acelerar os investimentos em infraestrutura. A lista é grande, mas factível.

O Brasil é um grande país, com muitas riquezas naturais, fontes de energia em abundância, indústria razoavelmente desenvolvida, forte no agronegócio, com a quinta maior população do mundo e com milhares de pessoas com grande e crescente potencial de consumo. Nenhuma grande corporação mundial deixará de ocupar espaços neste mercado. E por isto, muitos investimentos externos ainda virão.

Na próxima década podemos nos livrar dessa sensação do copo meio cheio e meio vazio, conseguindo explorar as vantagens competitivas que temos, com informações e previsões confiáveis e, principalmente, ações adequadas.

O desafio da educação financeira

*Humberto Sardenberg**

Conforme os anos vão se passando, vários aspectos das nossas vidas amadurecem. Nosso paladar se abre para uma gama mais sofisticada de sabores e os quadrinhos que líamos na infância dão espaço para os clássicos da literatura. Somente o Bolso não amadurece na mesma velocidade. Quando o assunto é dinheiro, mantemos alguns comportamentos infantis: evitamos falar de morte ou da possibilidade de ficarmos inválidos. Achamos chato falar dos planos para os próximos 5, 10, 30 anos. E certamente, aposentadoria e envelhecimento não é um assunto tratado em uma roda de amigos. Mas, cedo ou tarde, todos vamos passar por essas situações e na pior das hipóteses vamos ter que falar sobre esses assuntos quando for tarde demais.

Fenômenos econômicos recentes estão proporcionando estabilidade econômica, controle da inflação, crescimento do PIB, aumento do número de empregos formais. Nas últimas décadas, a combinação destes fenômenos tem proporcionado um aumento da renda disponível. Geograficamente temos dimensões continentais, o que faz com que nossas regiões apresentem enorme diversidade cultural e financeira.

Enfim, diversidade é uma palavra que define bem o Brasil. Somos o 5° país mais populoso do mundo espalhado por mais de 8 milhões de km² encontramos diferentes hábitos, costumes, crenças e por que não dizer diferentes "estilos de vida". O aumento do poder de consumo está sendo direcionado para aquisição de bens duráveis e não para o investimento ou aquisição de produtos para a proteção familiar e para o planejamento futuro.

A penetração de produtos financeiros na população ainda é muito baixa: Seguros de vida – 5% e Plano de Previdência – 3,8% (resultados de uma pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência em 2012 para a Icatu Seguros, na qual foram ouvidas 2.002 pessoas em todas as regiões do país).

Vivemos em um cenário de cultura de educação financeira incipiente no país. Esse tipo de proteção tem baixo valor simbólico no imaginário do consumidor brasileiro. Mas esta não é a única principal mudança que está ocorrendo no Brasil.

"Infelizmente os brasileiros são culturalmente conhecidos por pensar no agora. Pesquisas comprovam que a população é imediatista e não se prepara para o futuro."

Infelizmente os brasileiros são culturalmente conhecidos por pensar no agora. Pesquisas comprovam que a população é imediatista e não se prepara para o futuro. 7 em cada 10 brasileiros não costumam economizar e pensam "O futuro a Deus pertence".

Uma vez que o amadurecimento financeiro não acontece espontaneamente, é responsabilidade das Seguradoras de Pessoas, Corretores e outros agentes financeiros promover essa mudança, levando as pessoas para o chamado "estado de lucidez": ela sai do "não é prioridade falar sobre isso agora/ não tenho dinheiro/ ainda tenho muito tempo pela frente" para "ok, vou descobrir de uma vez por todas quanto eu tenho que investir para me planejar e proteger".

Essa mudança de estado não é um trabalho fácil e para atender à demanda instaurada em nosso país, mais do que pessoas capacitadas, precisamos de ferramentas eficientes. Treinar o exército de pessoas necessárias para realmente impactar o cenário atual seria demorado e caro. Em compensação, as ferramentas hoje em dia podem ser colocadas disponíveis online, dando acesso a todos aqueles que querem se engajar.

Educação Financeira é um assunto árido, pois educação é considerado chato e finanças, difícil. O desafio está em desenvolver ferramentas interessantes e intuitivas para esclarecer dúvidas extremamente complexas do público, como por exemplo "quanto tenho que juntar para parar de trabalhar e viver de renda mantendo o padrão de vida que tenho hoje." Além disso, mais do que educar, temos que engajar as pessoas. Uma tarefa que começa na atração da atenção para o nosso assunto, passa por sensibilização, leva à ação (aquisição efetiva de produtos financeiros) e nunca termina, pois manter a pessoa dentro do plano é a parte mais difícil.

**** Superintendente de Marketing da Icatu Seguros.***

Novos projetos impulsionam alta de profissionais financeiros

Apenas China supera Brasil na busca por executivos de finanças, de acordo com Pesquisa Global da Robert Half.

Pesquisa global da Robert Half realizada com 2.535 CFOs de 17 nacionalidades, sendo 100 brasileiros, mostrou o Brasil como o segundo país que mais pretende aumentar seu quadro de funcionários financeiros no primeiro semestre deste ano (63%), ficando atrás apenas da China (69%). Quando questionados sobre os motivos que levariam a esse aumento na contratação, os CFOs brasileiros apontaram novos projetos ou iniciativas (81%), expansão de produtos ou serviços (51%) e crescimento doméstico do negócio (41%).

Segundo Alexandre Attauah, gerente da Divisão de Finanças e Contabilidade da Robert Half, a área de Finanças será uma das mais movimentadas em 2014. "O cenário econômico nacional segue em ritmo positivo e continuamos sendo vistos como um lugar seguro para investimentos. Isso faz com que muitas empresas planejem aumentar seus quadros", afirma o executivo.

Outro fator que contribui para o aumento da demanda no setor de finanças é o papel estratégico que a área passou a ocupar dentro das companhias. "Esses profissionais saíram dos bastidores e tornaram-se mais ativos na análise de risco. Além disso, a interação com as demais áreas internas também aumentou. O objetivo agora não é só alcançar os melhores custos, mas também obter melhores retornos do negócio", diz.

Com o mercado de trabalho aquecido nas áreas de Finanças e Contabilidade, aumenta também a disputa por profissionais qualificados. Ainda de acordo com a pesquisa, 61% dos entrevistados brasileiros consideram muito desafiador contratar esses executivos, enquanto a média mundial ficou em 31%. Esse cenário também contribui para que o país apareça como o mais preocupado em perder seus talentos: 41% dos nossos CFOs se mostraram apreensivos, enquanto a média global ficou em 27%.

A Robert Half é a primeira e maior empresa de recrutamento especializado no mundo. Fundada em 1948, a empresa opera sete divisões no Brasil, selecionando executivos de finanças, contabilidade, mercado financeiro, engenharia, tecnologia, jurídico, RH, marketing e vendas. A Robert Half tem mais de 400 escritórios presentes nos EUA e Canadá, Europa, Ásia, América Latina e Oceania.

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000

Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002

São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

Grécia, o euro e a presidência da União Europeia

*Dimitri Alexandrakis**

O euro é uma conquista muito importante dos povos da União Europeia (UE) que agora, por exemplo, viajam entre os 18 países da zona do euro sem precisar de câmbio. É notável que o euro se mantém como uma moeda estável em um momento de agitação monetária global. Mas, como um projeto em andamento, a União Econômica e Monetária da União Européia (a zona do euro) não possuiu ainda todas as ferramentas para gestão da crise, que a encontrou praticamente despreparada. Reconhecendo, portanto, que a crise era sistêmica e que ameaçava a própria viabilidade da nossa moeda comum, a UE gradualmente criou mecanismos de reação e de tratamento.

Quanto à Grécia, ela foi atingida em 2009 pela maior crise de sua história recente. A instabilidade fiscal e as dificuldades crônicas da nossa economia, combinadas com pressões especulativas no meio de uma incerteza sem precedente no sistema bancário internacional, contribuíram pela gradual exclusão da Grécia dos mercados internacionais e pela consequente incapacidade do país em atender as suas necessidades de financiamento. Por outro lado, lembramos que a dívida da Grécia representa apenas 3% da dívida da zona do euro.

Desde maio de 2010, a Grécia está executando um programa ambicioso de reajuste econômico em colaboração com nossos parceiros, a Comissão

Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, a fim de melhorar a perspectiva macroeconômica do país e atingir ajuste fiscal. Ao mesmo tempo, o governo grego está introduzindo reformas estruturais visando ao crescimento e à criação de emprego.

Este esforço, com medidas duras de austeridade, resultou em muitos sacrifícios do povo grego: a renda dos gregos caiu de 10 à 30% e a taxa de desemprego subiu à 25%. Mas produziu resultados impressionantes, ou seja, no final de 2013 foi concluído mais de 80% do ajuste fiscal necessário para redução da nossa dívida a níveis sustentáveis até 2020.

Além disso, a economia grega recuperou mais de 50% da sua competitividade em relação aos seus parceiros comerciais globais, enquanto o ambiente de investimento está melhorando. Entre 2011 e 2012, a Grécia foi o país com a maior taxa de promoção de reformas entre os estados membros da OCDE, e subiu 22 posições no ranking de 2013 do Banco Mundial sobre a facilidade de fazer negócios.

Essas conquistas estão realizadas sob condições excepcionais de uma recessão sem precedente, de seis anos consecutivos. Em 2013, a recessão ficou abaixo do previsto, cerca de 4%. Por outro lado, e de forma muito significativa, conseguimos um superávit no orçamento primário de 812 milhões de euros, superior ao previsto inicialmente. O turismo tem importantíssimo papel em nossa saída da crise. A Grécia, país de quase 11 milhões de habitantes, recebeu em 2013, 18 milhões de turistas! Isso gerou benefícios diretos e indiretos de 35 bilhões de euros.

Assim, a confiança do mercado está sendo gradualmente restaurada, o que nos traz otimismo que o país vai sair da recessão em 2014, e tem previsão de crescimento pela primeira vez desde 2008. Um exemplo da restauração da confiança do mercado na economia grega é a escolha do consórcio Shah Deniz de investir no gasoduto Trans-Adriático (TAP) que vai passar pela Grécia transportando gás natural do Mar Cáspio para a Europa. Trata-se de um investimento estrangeiro direto de um bilhão e meio de euros e de um voto de confiança na economia grega, assim contribuindo para a melhoria do clima econômico. Vale sublinhar ainda que serão criadas 10.000 vagas de emprego.

Então, a Grécia assumiu pela quinta vez a Presidência da União Européia, durante o primeiro semestre de 2014, não como um país em crise, mas como um país a caminho da recuperação. O nosso país enfrentou muitos desafios desde 2009, mas graças aos sacrifícios dos gregos e com o apoio dos nossos parceiros, não só eliminou o risco de "Grexit", mas também demonstrou que o mútuo compromisso ao valor europeu de solidariedade nos une. Todos falam agora em " Greecovery". Recordamos ainda que, mesmo depois da crise, a Grécia está no 29º lugar do ranking mundial do desenvolvimento humano.

Na Presidência da UE, o governo grego vai trabalhar pela promoção do desenvolvimento sustentável e pela criação de emprego através do aprofundamento da União Econômica e Monetária, da promoção da união bancária e da estabilidade financeira. De modo que a nossa família esteja bem preparada para enfrentar qualquer crise futura no sistema financeiro global.

Outras prioridades principais estabelecidas pela Presidência Grega constituem a promoção de uma política de gestão de fronteiras e da imigração, assim como, de uma política marítima europeia mais integrada.

A União Europeia reconheceu formalmente o Brasil em 2007 como parceiro estratégico. Em termos de trocas comerciais e investimento, a União Europeia figura consistentemente como o principal parceiro do Brasil. Porém, entre a Grécia e o Brasil há um grande potencial inexplorado nas trocas, que esperamos ser gradualmente realizado.

Finalmente, queria desejar ao Brasil e a todos os brasileiros uma ótima Copa do Mundo! A Seleção grega se classificou pela segunda vez consecutiva e vai jogar na primeira fase em Belo Horizonte, Natal e Fortaleza. Vamos torcer!

**** Embaixador da Grécia.***

CCR inova na divulgação de relato integrado

Grupo é um dos primeiros a adotar diretriz internacional para divulgação de relatório de Sustentabilidade que contempla também informações contábeis e financeiras da companhia

O Grupo CCR tornou-se uma das primeiras empresas do Brasil a divulgar ao mercado, de forma conjunta, o Relatório Anual e de Sustentabilidade e o Relatório de Demonstrações Financeiras da companhia. Assim, a CCR antecipa-se a uma tendência mundial de divulgação empresarial, incluindo os impactos da operação e o desempenho das companhias nos setores ambiental, social, econômico-financeiro e humano.
O diferencial do Relatório Anual e de Sustentabilidade deste ano foi o de reunir, num mesmo documento, as informações da área de sustentabilidade em conjunto com informações contábeis e financeiras para demonstrar o desenvolvimento socioeconômico da companhia.

Sua elaboração foi baseada nas diretrizes do IIRC (International Integrated Reporting Council), da qual a CCR é integrante, e que congrega empresas, organismos reguladores e de padronização, investidores, organizações não governamentais e consultorias de quase 30 países em torno do desafio de criar um modelo global, o Integrated Reporting – relato integrado –, que auxilie as empresas a estabelecerem o pensamento integrado na gestão e na comunicação dos resultados. O IIRC foi responsável pela criação das primeiras diretrizes sobre o tema, que passaram por processo de consulta pública no ano de 2013, para aplicação e testes a partir de 2014. O relatório integrado foi inicialmente pensado para a comunicação com os provedores de capital, mas pode e deve influenciar outras comunicações. O relato integrado do Grupo CCR é um meio público de prestação de contas entre a empresa, clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e comunidade em geral. Por isso, por exemplo, contém informações sobre as ações em relação ao meio ambiente. Além de dar publicidade às operações, a divulgação desse relato integrado, com todas essas informações em um mesmo material, facilita a avaliação dos investidores em relação ao perfil e o desempenho do grupo. De acordo com Francisco Bulhões, diretor de Comunicação, Marketing e Sustentabilidade Empresarial do Grupo CCR, os investidores têm exigido mais transparência na divulgação dos dados das empresas, e essa inciativa atende ao objetivo de se avaliar a companhia como um todo, e não apenas suas partes. “É mais uma demonstração do compromisso da CCR com a transparência e as boas práticas de governança”, afirmou Bulhões. O relato apresenta, além dos resultados gerados pelas ações dos investimentos sociais, culturais, em educação e esporte, também temas econômicos e de assuntos que hoje balizam a qualidade de uma empresa, como destinação de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, segurança viária e consumo de energia e água.

Ainda segundo Bulhões, a consolidação das informações que constam dessa divulgação pioneira foi possível graças ao trabalho integrado dos colaboradores de diversas áreas do Centro Corporativo, das Unidades de Negócio e Unidades de Serviço durante o ano de 2013. “A divulgação do relato integrado, neste ano, é duplamente comemorada pelos 11 mil colaboradores do Grupo CCR, pois a companhia está completando 15 anos de fundação e é um bom momento para reforçarmos nosso compromisso com a sociedade”, disse o diretor do grupo.

MUITA GENTE NÃO SE LEMBRA, MAS HÁ 15 ANOS A CCR MUDA MUITA COISA NAS ESTRADAS DO PAÍS.

www.ccr.com.br

É por aqui que a gente chega lá.

15 ANOS

CCR

Mercado de feiras e eventos movimenta bilhões de reais no Brasil

O setor de feiras de negócios no Brasil movimentam bilhões de reais no ano. Só na cidade de São Paulo, são realizados 75% do mercado brasileiro de feiras de negócios, cerca de 800 eventos por ano. Toda essa movimentação gera cerca de R$ 16,3 bilhões/ano para a capital paulista e aproximadamente oito milhões de visitantes.

Os dados são de uma pesquisa encomendada à FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, após parceria entre a UBRAFE - União Brasileira dos Promotores de Feiras, o Sindiprom/SP - Sindicato de Empresas de Promoção, Organização e Montagem de Feiras, Congressos e Eventos do Estado de São Paulo e o Sindieventos - Sindicato Interestadual dos Trabalhadores, Empregados, Autônomos, Avulsos e Temporários em Feiras, Congressos e Eventos em Geral e em Atividades Afins de Organização, Montagem e Promoção no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

O estudo revela dados sobre a movimentação do mercado hoteleiro durante a realização de feiras de negócios na capital. De acordo com o estudo, são ocupadas, em média, cerca de 18 mil unidades por dia - mais de 6,5 milhões de unidades habitacionais por ano - só na cidade de São Paulo. Os números representam cerca de um terço dos quartos existentes na cidade, chegando à metade se considerada a base efetivamente ocupada nos hotéis.

Das cerca de 800 feiras de negócios que a cidade recebe por ano, 202 são realizados em pavilhões, 321 em Centros de Convenções, 196 em hotéis e o restante em outros locais, com público somado em mais de 8 milhões de visitantes. Além do segmento hoteleiro, existe um impacto grande no setor de alimentação, com gastos de R$ 550 milhões apenas com visitantes não residentes de São Paulo e um total de 38 milhões de refeições/ano.

No turismo, os gastos com o transporte até o local do evento somam R$ 2,56 bilhões. São mais 5,2 milhões de trechos aéreos nacionais e 191 mil internacionais, com R$ 1,8 bilhão movimentado só nos trechos nacionais para a participação em feiras de negócios em São Paulo. A movimentação em transporte local chega a R$ 60 milhões com ônibus e vans e R$ 65 milhões com a locação de carros.

A pesquisa mapeou todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente no setor, como organizadores e promotores de eventos, pavilhões, expositores e fornecedores (montagem, serviços e produtos), além do impacto na hospitalidade, alimentação, transporte aéreo, transporte terrestre, compras e entretenimento na região metropolitana de São Paulo.

"O objetivo principal deste trabalho foi dotar a UBRAFE, SINDIPROM/SP e SINDIEVENTOS de números que permitam planejar de maneira mais adequada com os vários agentes envolvidos o desenvolvimento e fortalecimento do setor, além de avaliar a importância do segmento e divulgar estas informações para a sociedade", afirma Armando Campos Mello, presidente executivo da UBRAFE e diretor do SINDIPROM/SP.

O faturamento obtido com a comercialização de espaços para os locais dos eventos, além de bilheteria, merchandising e fornecimento de serviços, é de cerca de R$ 1,6 bilhão. Empresas de Montagem de Estandes e Infraestrutura faturam por ano cerca de R$ 1,5 bilhão.

A pesquisa também apontou que os expositores investem anualmente uma média de R$ 8.970.516.684 para a participação em feiras de negócios e eventos. Este investimento envolve o custo do espaço (metro quadrado e montagem), os serviços necessários para participação na feira (design, decoração, segurança, limpeza, alimentação e etc.), os custos de logística e transporte de material e equipamento, os gastos com a equipe no estande (hospedagem, alimentação, transporte etc.), os gastos com promoção e outras despesas.

AS PRINCIPAIS FEIRAS NO BRASIL

SALÃO DO AUTOMÓVEL

Sem dúvida os automóveis estão entre as paixões dos brasileiros. Prova disso é a frequência do Salão do Automóvel, o maior evento do setor, realizado em São Paulo. Os carros expostos são admirados por aproximadamente 750 mil pessoas. Os gigantes do setor marcam presença – da Volkswagen à Jaguar, incluindo Aston Martin, com os carrões do personagem James Bond.

BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO

Nas duas cidades onde o evento é organizado – São Paulo e Rio de Janeiro – o número de frequentadores também é grande: 750 mil e 670 mil visitantes, respectivamente. O encontro é o principal palco para editoras, livrarias e distribuidoras do país.

SALÃO DUAS RODAS

As motos de marcas como Harley-Davidson, Honda, Dafra, Yamaha e Kasinski ganham espaço no Salão Duas Rodas também realizado no Anhembi, em São Paulo. O público visitante é de aproximadamente 250 mil pessoas.

AGRISHOW

Realizada em Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, a Agrishow recebe anualmente cerca de 150 mil visitantes. Uma das curiosidades é que possui o maior espaço para exposição, para que os equipamentos, máquinas e implementos agrícolas possam ser conferidos em pleno funcionamento.

FEICON BATIMAT

Também conhecida como Salão Internacional da Construção, a Feicon Batimat apresenta novidades nas áreas de elétrica e iluminação, aquecimento, revestimento, hidráulica e segurança. A feira atrai cerca de 130 mil visitantes, que estão divididos em lojistas, engenheiros, incorporadores e arquitetos.

Desafios para o Brasil

Em 2014 e 2016, o Brasil estará no centro das atenções mundiais com as realizações da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas. Espera-se que os dois eventos atraiam investimentos da ordem de US$ 60 bilhões.

O mercado de seguros tem papel fundamental na proteção desses recursos. Alguns riscos são evidentes, como as reformas e construções de estádios, dos aeroportos e das vias de rodagem. Outros são menos óbvios. Vide o ocorrido com a desistência da Escócia na Copa de 1950 e o ataque terrorista nas Olímpiadas de Munique, em 1972.

Atualmente, há seguros adequados para cobertura dos vários riscos envolvidos em grandes eventos esportivos. As apólices de riscos de engenharia, acidentes pessoais e responsabilidade civil cobrem, por exemplo, desde a saúde dos atletas e segurança dos espectadores até as perdas sobre os lucros dos investidores, devidas ao não comparecimento de protagonistas (cobertura "No Show"), a atrasos por imprevistos climáticos e até ao cancelamento do evento. Na Olimpíada de Londres, por exemplo, a Swiss Re estimou que, se houvesse cancelamento dos jogos, as perdas totais atingiriam de US$ 5 a US$ 6 bilhões.

O setor de seguros já obtém os ganhos gerados pelas obras necessárias à Copa e às Olimpíadas. Prova disso é a expansão dos prêmios do seguro garantia, que cobre o cumprimento total de contratos privados, públicos ou de licitações. Em 2013, tais prêmios excederam R$ 1 bilhão, valor 50% acima do atingido em 2010. Mais à frente, pela enorme ida de pessoas aos jogos em diversas cidades, os beneficiados serão os seguros de acidentes pessoais e de viagens.

Um fato, porém, preocupa investidores nacionais e estrangeiros, governos, atletas e espectadores: as condições de segurança face à recente onda de insatisfação popular. Se ocorrerem manifestações de rua que prejudiquem a normalidade da Copa, pode haver grande impacto financeiro na venda de ingressos, direitos de TV, patrocínios, merchandising e hospedagem.

Felizmente, em geral, para os agentes econômicos a aquisição de seguros empresariais ocorre com três a cinco anos de antecedência. Por isso, é pouco provável que os recentes tumultos em nosso país tenham afetado a extensão das coberturas ou a exclusão de riscos ou levado a aumento de preços.

E as seguradoras que já assumiram os riscos acreditam que o governo brasileiro será capaz de controlar os protestos e garantir o sucesso dos jogos. Está em cheque a nossa capacidade de hospedar megaeventos. Quanto ao mercado de seguros, como aconteceu das outras vezes, certamente honrará as proteções de risco contratadas. Sem sombra de dúvida.

CURSOS EM DIFERENTES FORMATOS PARA O SEU SUCESSO NO MERCADO

MBA

EXECUTIVO EM SEGUROS
E RESSEGURO

INSCRIÇÕES ABERTAS EM RJ e MG

INÍCIO: 5 de Maio - Rio de Janeiro
9 de Maio - Belo Horizonte

CONTATOS (ambas as cidades): (21) 3380-1531 / 1091
mbarj@esns.org.br

DESCONTOS ESPECIAIS para seguradoras e corretoras conveniadas!

EXTENSÃO

Gestão e Subscrição dos Seguros de Responsabilidade Civil Geral, Riscos Profissionais e Seguros Ambientais

INSCRIÇÕES ABERTAS EM São Paulo

INÍCIO: 5 de Maio - São Paulo

CONTATOS: (11) 3062-2025
mbasp@esns.org.br

ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS
5 NOTA MÁXIMA ENADE

ESCOLA NACIONAL de SEGUROS
www.funenseg.org.br

O G20 em 2014: o que esperar?

*Carlos Márcio Cozendey**

O Grupo dos 20 alcançou grande destaque no auge da crise de 2008 pela coordenação da reação dos governos das principais economias do mundo . Após mais de 5 anos de oscilações, medidas econômicas extraordinárias e lenta recuperação da economia mundial, o que pretende o G20 em 2014 e o que, em sua agenda, é relevante para os agentes econômicos no Brasil?

O G20 foi criado, em 1999, em reação às crises em economias emergentes dos anos 90. Criou-se então um diálogo no nível de ministros e presidentes de bancos centrais reunindo os países desenvolvidos do G7 e os maiores emergentes que, na prática, buscava assegurar que a inserção na economia global destes últimos se fizesse sob os padrões de governança estabelecidos pelos primeiros. Em 2008, quando a crise estourou nas economias centrais e havia clara percepção de que era preciso mobilizar também os emergentes para evitar a queda livre da economia global, o G20 estava à mão para o exercício. Mas a crise ainda teria outros capítulos e, em meados de 2011, a Europa rateava sob o peso das dívidas públicas quando os problemas da Grécia deram a partida numa nova onda recessiva global.

Neste ano de 2014, a presidência australiana do G20 construiu sua agenda a partir de um otimismo cauteloso com as condições da economia mundial. Com um quadro de recuperação gradual em mente, a Austrália propôs que se desenvolva ao longo do ano uma estratégia coletiva de crescimento, e o G20 assumiu a ambição de fazer com que o crescimento global nos próximos 5 anos seja 2% maior. É uma ambição significativa, porém cautelosa: o FMI calcula que há um gap de 8% em relação à tendência do crescimento global pré-crise!

Esse objetivo central chegou a ficar em dúvida no início do ano, com a volatilidade nos mercados emergentes, deflagrada pela perspectiva de crescimento chinês mais fraco num cenário de reversão das políticas de "quantitative easing" do FED norte-americano. Em relação a isto, as conversas ao longo da reunião ministerial de Sydney, em fevereiro, reforçaram a visão que tem sido comunicada, agora com consistência, pelos diretores do FED: gradual redução das compras de ativos, com flexibilidade caso as perspectivas de recuperação se alterem, manutenção desses títulos em carteira uma vez que as aquisições terminem e manutenção das taxas de juros atuais ainda por um bom tempo. A presidente do FED reafirmou também a atenção aos impactos de suas

"...um ajuste de preços de ativos é inevitável quando mudam as condições de liquidez da principal divisa internacional, mas que os países emergentes estão bastante preparados para isso, com colchões de reservas importantes e espaço em suas políticas monetárias, e em muitos casos também fiscais, para conter as flutuações excessivas e ameaças de saída massiva de capitais."

políticas nos países emergentes, entre outros motivos, porque no mundo interconectado isso teria efeitos sobre a própria recuperação dos Estados Unidos, já que esses países emergentes e em desenvolvimento continuam a ser responsáveis por mais da metade do crescimento mundial. A percepção que prevaleceu é a de que um ajuste de preços de ativos é inevitável quando mudam as condições de liquidez da principal divisa internacional, mas que os países emergentes estão bastante preparados para isso, com colchões de reservas importantes e espaço em suas políticas monetárias, e em muitos casos também fiscais, para conter as flutuações excessivas e ameaças de saída massiva de capitais.

Se este cenário se consolidar, será possível também avançar significativamente em outro item da agenda do ano de grande interesse para o Brasil: o desenvolvimento de novos instrumentos e iniciativas para ampliar os investimentos de longo prazo e em infraestrutura. Estão em discussão temas como a melhor utilização das instituições multilaterais, como o Banco Mundial, mas também o desenvolvimento de mecanismos para atrair os investimentos privados, como os mercados de títulos relacionados a projetos de infraestrutura, com o objetivo de estabelecer uma nova "asset class" capaz de atrair investidores institucionais.

Em paralelo, seguirá avançando a agenda da regulação financeira, por exemplo, completando elementos das regras de Basiléia, como os índices de liquidez mínima, e concluindo as recomendações sobre a regulação das entidades com funções similares aos bancos regulados ("shadow banking"). O esforço nessa área, desloca-se da criação de novas regras de regulação para a verificação da sua efetiva implementação pelos países. Há um consenso político muito sólido em torno dos progressos alcançados em termos de regulação bancária, das exigências adicionais às entidades de importância sistêmica global, da reforma dos mercados de derivativos e de assegurar regulação equivalente do "*shadow banking*". As mudanças em curso implicam em alteração do equilíbrio entre risco e estabilidade financeira, a favor desta última, e será necessário acompanhar com atenção os efeitos da implementação das regras para realizar as correções de rumo que se revelem necessárias.

Finalmente, deve-se esperar, no ano, resultados significativos na área que se convencionou chamar "erosão da base tributária e transferência de lucros" (BEPS), na qual se busca acordar regras que evitem que os acordos para evitar a dupla tributação e as divergências entre legislações tributárias terminem permitindo a "dupla não tributação" das firmas multinacionais.

**** Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN) e atual Vice-Ministro de Finanças (Deputy Minister of Finance) do Brasil no G20.***

Indústria brasileira: leve crescimento em 2013 e as expectativas para 2014

O ano de 2013 foi marcado por alívio na indústria brasileira. Após um índice negativo em 2012, o setor conquistou um crescimento de 1,2% no ano passado. Embora o percentual seja baixo, marca a maior alta desde 2010, ano considerado o melhor de toda a história.

O destaque foi o setor de bens de capital, com alta de 13,3%, enquanto os bens intermediários continuaram estáveis e apenas os bens de consumo tiveram uma leve recuada, marcando índice de 0,2%, segundo o IBGE.

Para especialistas, o crescimento aconteceu por causa da desvalorização das taxas de câmbio, contribuindo, assim, para o aumento de exportações, que finalizaram o ano com índice 5% maior que em 2012. Além disso, em setembro de 2013, o governo brasileiro reduziu as tarifas de energia em 28%, colaborando, também, para a alavancada do setor industrial. Segundo A CNI (Confederação Nacional da Indústria), a queda no preço ajudou as indústrias recuperarem a margem de lucro perdida em 2011 e 2012.

O câmbio foi o principal responsável pela alta do faturamento. O indicador foi o que apresentou maior índice do ano, com 3,8%, exatamente por causa da desvalorização da moeda brasileira.

CENÁRIO 2014

2014 também começou com crescimento no setor industrial. Segundo o IBGE, o mês de janeiro marcou alta de 2,9%, atingindo também índice positivo em 17 dos 27 ramos estudados pelo Instituto.

O setor farmacêutico foi o que mais contribuiu para a expansão da atividade industrial brasileira nesse período, o crescimento alcançou 29,4%. Na sequência, também com altas, vêm os equipamentos de informática (18,2%) e veículos automotores (8,7%).

Em breve avaliação sobre o cenário da indústria brasileira, a CNI acredita que a Indústria deve encerrar o ano de 2014 com o mesmo crescimento obtido em 2013. Para a Confederação, o câmbio e a desoneração da folha de pagamentos devem contribuir para a competitividade, mas a alta dos juros, como a taxa Selic, por exemplo, ainda pode ser uma barreira. Com a taxa de câmbio desvalorizada, a competitividade na exportação e na competição dos importados no nosso mercado pode ser favorecida.

Para especialistas, se o câmbio continuar nesse patamar, o setor pode crescer ainda mais durante o ano. Em uma breve previsão, eles indicam o aumento de praticamente 9% nas exportações, enquanto as importações devem recuar 3,9%, uma vez que o consumo das famílias deve ser menor que 2012 e 2013.

Recentemente, a IDC (International Data Corporation) divulgou uma pesquisa em que prevê o Brasil como quarto maior mercado de TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) do mundo, em 2014. País fica atrás apenas de Estados Unidos, China e Japão. O crescimento nesse setor é estimado em 9,2%.

OS DESAFIOS

Apesar das boas previsões, o setor industrial brasileiro tem alguns desafios pela frente. O primeiro deles é a crescente dependência da Argentina, que pode diminuir o índice de exportações nacionais.

A Argentina encara grande crise econômica, o que pode cortar 3 bilhões de dólares da exportação brasileira, sendo U$ 1 bilhão, só no setor automotivo, uma vez que os argentinos são os que mais importam veículos produzidos no Brasil.

Em 2003, os americanos importavam 8,4% dos automóveis do Brasil, enquanto a Argentina era responsável por 18,5%. Mas em 2013, o índice dos argentinos subiu para 80% e os americanos não importaram nenhum veículo brasileiro durante todo o ano.

No mesmo período, o país vizinho contribuiu significantemente no crescimento do setor industrial brasileiro. Os argentinos foram responsáveis por 24,5% das exportações e por 10% da produção brasileira.

Além do setor automobilístico, o setor de calçados também ganhou força em 2013 com os argentinos. Mas, as empresas desse ramo acreditam não poderem contar com os sul-americanos novamente esse ano.

Para especialistas, o desafio é a Indústria brasileira se reinventar em relação à exportação, de modo que precisará de novos acordos comerciais, de preferência com países de economia aquecida, como os Estados Unidos, do qual estamos perdendo força, e os europeus. Dessa forma, é possível ter, também, uma maior diversificação de consumidores.

Já outro desafio que a Indústria deve encarar em 2014, é a questão dos investimentos. Segundo a CNI, a previsão é que neste ano, apenas 78,1% das empresas do setor industrial, devam investir. O índice representa uma queda de 5% comparada ao ano anterior. Apesar disso, a CNI acredita que os programas de concessões do governo e os investimentos em infraestrutura podem levar a mais investimentos e consequentemente a grandes expectativas para o setor.

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

*Usando tecnologia de ponta como: **SAP R/3**, **Navis SPARCS** e também **software proprietário**, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.*

terminais marítimos

*Operamos dois terminais adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o **Terminal de Contêineres MultiRio** e o **Terminal de Veículos MultiCar**, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro.*

portos secos

*Localizados estrategicamente nas cidades do **Rio de Janeiro**, **Resende** e **Juiz de Fora**, recebemos cargas importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros.*

terminais aeroportuários

*Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o **Aeroporto Presidente Itamar Franco** está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros.*

logística integrada

*Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, **oferecemos soluções customizadas de logística integrada.***

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405, Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600 | Fax + 55 21 2262-9486
contato@multiterminais.com.br

www.multiterminais.com.br

O Brasil e seus líderes empresariais

A reputação do principal executivo de uma empresa é um ponto influente e valioso para uma empresa. De acordo com a última pesquisa realizada pela Weber Shandwick e a KRC Research, em média, 49% da reputação da empresa podem ser atribuídos à de seu CEO. Por sua vez, 60% do valor de mercado de uma empresa derivam de sua reputação. No Brasil, os executivos provam que o estudo está correto. As principais empresas brasileiras possuem à frente profissionais de primeira linha. Selecionamos alguns deles:

JORGE GERDAU

O empresário Jorge Gerdau Johannpeter é o presidente do Conselho de Administração da Gerdau, empresa que foi herdada de sua família, atualmente um dos maiores complexos de siderurgia do mundo. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, e se formou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Gerdau é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços longos especiais do mundo. Recentemente, passou também a atuar em dois novos mercados no Brasil, com a produção própria de aços planos e a expansão das atividades de minério de ferro. Com mais de 45 mil colaboradores, a Gerdau possui operações industriais em 14 países – nas Américas, na Europa e na Ásia –, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas de aço por ano.

ROBERTO SETUBAL

Formado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo em 1977, Roberto Setubal é presidente do Itaú Unibanco desde 1994. Sob seu comando, o banco Itaú engrenou um período de crescimento espetacular na história do banco, o valor de mercado cresceu 40 vezes. O Itaú também está entre as instituições financeiras com as marcas mais valiosas do mundo, segundo um ranking com 500 nomes, divulgado pela Brand Finance e pela revista inglesa "The Banker". O Itaú surge na 23ª posição, com US$ 9,90 bilhões.

ABÍLIO DINIZ

Atual presidente do Conselho de Administração da BR Foods, empresa resultante da fusão entre os grupos Sadia e Perdigão, é um dos maiores empresários brasileiros. Foi ele que transformou a rede de supermercados Pão de Açúcar em um dos maiores grupos de varejo brasileiro, onde era o principal executivo, até fazer um acordo com o grupo Francês Casino, deixando o comando da empresa.

MARIA DAS GRAÇAS FOSTER

Presidente da Petrobras, Graça Foster é considerada a mulher mais poderosa do Brasil pela Forbes. É a primeira mulher no mundo a presidir uma empresa petrolífera. A companhia fechou o ano com lucro líquido de R$ 23,570 bilhões, valor 11,3% superior a 2012. A executiva apresentou recentemente seu plano de gestão com previsão de investimentos de 220,6 bilhões de reais, entre 2014 a 2018, além do plano ambicioso de passar a produzir até 4 milhões de barris de óleo por dia até 2030.

LUIZA HELENA TRAJANO

Em tom simples e dinâmico, a empresária Luiza Helena Trajano, presidente da rede varejistas Magazine Luiza, conduz as palestras que é frequentemente convidada. Com seu estilo carismático e interiorano, fez de sua empresa líder no varejo brasileiro. A rede Magazine Luiza registrou lucro líquido de R$ 33 milhões no quarto trimestre de 2013, forte expansão de 239,6% na comparação com os R$ 9,7 milhões de um ano antes. Em 12 meses, o lucro da empresa ficou em R$ 113,8 milhões, saindo de um prejuízo de R$ 6,7 milhões no ano anterior.

Peugeot na Semana de Design de Milão: estreia do sofá ONYX

O PEUGEOT DESIGN LAB escolheu uma área especial na "meca mundial do design" para apresentar sua mais nova criação, durante a Semana de Design de Milão: o sofá ONYX, um móvel que se traduz em uma verdadeira escultura.

Criado em 2012, o estúdio de design global da PEUGEOT tem por objetivo conceber produtos, serviços e experiências para clientes externos, em todos os setores de atividades, fora do ramo automotivo.

No centro da exposição, o sofá ONYX: uma legítima expressão da pureza de formas e materiais

Em 2012, a Peugeot apresentou o trio ONYX, constituído por uma superbike, uma superscooter e um supercarro, cuja carroceria inovadora é feita em fibra de carbono e cobre, enquanto a cabine combina feltro prensado e newspaper wood (obtido a partir de jornais velhos, empilhados e prensados para criar as 'tábuas' utilizadas para confecção de peças), e, para completar, recebe um motor híbrido de 600 CV.

O *concept car*, que associa as mais recentes tecnologias a matérias-primas naturais, encontra agora seu representante estático: partindo do mesmo conceito, o sofá ONYX é dotado de um longo assento (três metros), que mescla fibra de carbono e Volvic, uma pedra de lava vulcânica. A peça representa o conceito de mobiliário sonhado – e concretizado – pelo PEUGEOT DESIGN LAB.

"A PEUGEOT é uma das poucas marcas no mundo capaz de resgatar 200 anos de criatividade industrial. Desde o início de sua história tem projetado e fabricado milhares de objetos, seja para uso doméstico e diário, como utensílios de cozinha e ferramentas, ou para proporcionar condições de mobilidade, por meio de bicicletas, motos e carros. Esse *know-how* industrial multifacetado evidencia a habilidade da Marca em inovar.", afirma Gilles Vidal, Diretor de Estilo da PEUGEOT.

"Em Milão, com o sofá ONYX, estamos desenhando uma linha de conexão com o concept car, já que essa novidade também representa uma aliança de eficiência e do uso de materiais naturais audaciosos. O contraste entre materiais é poderoso: a fibra de carbono, de alta tecnologia, possui uma textura muito bem estruturada e técnica, que se ajusta de maneira precisa às linhas falhas da pedra vulcânica, perfeitamente acertadas em suas dimensões e proporções, respeitando a textura natural dessa matéria-prima.", completa o executivo.

E é justamente essa possibilidade de harmonização que o sofá ONYX vem demonstrar, sem antagonismo entre progresso e natureza, entre materiais ultra tecnológicos e matéria-prima natural.

"Esse projeto teve início em maio de 2013 e, desde então, trabalhamos num esboço muito cru e ao mesmo tempo muito forte. O sofá ONYX é a ilustração de um novo conceito que pretendemos explorar: peças únicas de mobiliário, feitas sob medida, de acordo com as preferências, origem e personalidade do cliente, sempre respeitando a ideia de que é possível aliar alta tecnologia e elementos naturais como, por exemplo, pedra e madeira.", conta Cathal Loughnane, Chefe do PEUGEOT DESIGN LAB.

O preço do sofá ONYX foi definido em 135.000 euros, especificamente nesta versão – produzida em fibra de carbono e Volvic, totalizando 70 dias de trabalho. Os preços de outras criações será definido de acordo com o tipo de material escolhido pelo cliente.

Sofá ONYX

CASA BRASILEIRA

A série documental "Casa Brasileira" veiculada pelo canal a cabo GNT tem conseguido alcançar um público qualificado. Sobre o jeito brasileiro de morar na visão dos mais importantes arquitetos e designers do país, a cada episódio, os profissionais falam de seus projetos, suas influências e escolhas. Diversos personagens, clientes famosos e admiradores de suas trajetórias falam de sua relação com arquitetura e decoração. Com direção de Alberto Renault e roteiro de Baba Vacaro, "Casa Brasileira" é um passeio pelos hábitos, tradições e particularidades da arquitetura e do design do país. Um dos episódios memoráveis foi a homenagem feita a Oscar Niemeyer, pouco tempo após sua morte, que apresentou um panorama completo de sua obra.

COMIDA ASIÁTICA

O restaurante BenKei Asiático, de gastronomia asiática, abre seu 8º restaurante na cidade, e 6º, somente na Barra. Com um espaço de 250m², tem capacidade para 150 pessoas, a nova loja, que é a maior da rede, conta com uma equipe de 40 funcionários, entre eles barmans, garçons e chefs. No cardápio, sabores da Tailândia, Malaia, Japão e China estão entre as opções. "O Centro Metropolitano da Barra tem um grande potencial de desenvolvimento. Reparamos que a oferta de comida asiática na região não é tão grande, por isso achamos uma boa ideia abrir a franquia no novo shopping", diz Ricardo Tasaki, sócio do restaurante.

SOS MATA ATLÂNTICA

Um levantamento da Fundação SOS Mata Atlântica em 96 rios, córregos e lagos de sete estados do Sul e Sudeste mostram que a água de 40% deles tem qualidade péssima ou ruim e 49% estão em situação regular. Apenas 11% têm água de boa qualidade e esses pontos estão justamente onde as matas ciliares estão preservadas ou estão dentro de áreas protegidas. A coordenadora da Rede das Águas da SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, diz que a seca agrava a situação, porque impede que a poluição se dilua. Ela afirma ainda que as estações de tratamento de esgoto não estão preparadas para compensar os efeitos da mudança climática, principalmente em rios com menor vazão de água. No Rio de Janeiro, 60% dos 15 pontos pesquisados têm água de qualidade ruim. Os demais 40% têm condição regular.

FUSÕES E AQUISIÇÕES

De acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), o Brasil registrou o melhor desempenho na série histórica de fusão e aquisição, com 181 negócios avaliados em R$ 165,3 bilhões no ano passado. O recorde anterior era de 2011, com 179 operações. Em termos de valor, os R$ 184,8 bilhões registrados em 2010 ainda não foram superados. Em termos de volume, o setor de TI e Telecomunicações liderou com 22,9% do total de operações. O resultado foi influenciado pela compra da Portugal Telecom pela Oi, avaliada em R$ 28,7 bilhões. Os segmentos de Petróleo e Gás e de Energia concentraram, respectivamente, 13,6% e 12,6% dos negócios realizados no ano passado.

CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

O selo de sustentabilidade AQUA no Brasil e a certificação francesa HQE - Haute Qualité Environmentale firmaram uma parceria que criará a Rede Internacional de Certificação AQUA-HQE. Com isso, as construções residenciais e comerciais no Brasil passarão a integrar uma rede mundial de sustentabilidade. O AQUA é uma adaptação da HQE, emitido pela Fundação Vanzolini, portanto, no caso dos empreendimentos que já existem, todos receberão automaticamente os dois certificados. Já as futuras construções, além dos selos, passarão a ser avaliadas por critérios tanto brasileiros quanto franceses.

TBWA WORLDWIDE

A rede TBWA Worldwide, que pertence ao grupo Omnicom, anunciou a compra de 70% das ações da Mood e se torna majoritária na agência fundada há sete anos por Augusto Cruz Neto. O grupo, que já é composto pela Lew´Lara, tem outros planos para o futuro. "Estamos focados em digital, área em que já temos a Id, além de conteúdo e shopper marketing. Nessas duas áreas, poderemos ter algum negócio", afirma James Fenton, CFO da TBWA Américas, que veio ao Brasil para anunciar a parceria. O executivo norte-americano ressalta ainda que a Mood poderá ajudar a rede por conta de seu escopo de atuação, que envolve publicidade, digital, marketing direto e design. "Acredito que a cultura da agência vai ajudar a fortalecer nossas competências no Brasil e em toda a rede", analisa. A Mood tem cerca de 85 funcionários, e apresentou crescimento de 25% em 2013 na comparação com o ano anterior.

MAM & MUECK

No Museu de Arte Moderna do Rio, a exposição "Ron Mueck", com esculturas do artista australiano radicado em Londres que transformou cenas da vida cotidiana, ou de seu imaginário, em peças que extravasam a escala humana, mas que são precisas ao acertar na emoção das pessoas. São apenas nove obras, mas milhares de pessoas em Paris, em 2013, e em Buenos Aires, até fevereiro de 2014, se espremeram para vê-las. Neste último, foi a exposição mais frequentada do local e uma das mais vistas da capital argentina em todos os tempos. A mostra ficará em exposição no segundo andar do museu até 1º de junho.

DELL BRASIL

A Dell anunciou a inauguração de um centro de soluções em São Paulo, voltado ao desenvolvimento de softwares e serviços para o mercado empresarial. O centro é o primeiro instalado no Brasil e o 15º no mundo. A unidade é ligada aos outros centros da Dell no mundo e vai permitir a clientes empresariais ter acesso a uma rede global de datacenters e especialistas para desenvolver softwares e serviços de tecnologia em áreas como armazenamento de dados na nuvem, virtualização de infraestrutura e mobilidade. No mundo, os centros de soluções da Dell operam com 10 mil funcionários, 800 empresas parceiras, entre canais de vendas e grupos como Intel, Microsoft e Symantec. Os centros realizam em média 28 mil demonstrações por ano e operam com mais de 15 mil profissionais de outras empresas em sua rede.

Perspectivas para a indústria de petróleo e gás no Brasil

Uma preocupação comum dentre as entidades governamentais de países que descobrem uma grande riqueza natural é a de se tornarem excessivamente dependentes desses recursos sem que os benefícios voltem para a sociedade e outros setores. Diversos elementos do marco legal e regulatório dessa indústria no Brasil hoje envolvem questões como essa, com o objetivo de capturar e alavancar os benefícios do pré-sal para o País.

Apesar de o governo brasileiro se esforçar para garantir que a atividade de exploração e produção se desenvolva de forma sustentável, há muitos gargalos que precisarão ser enfrentados.

Todo setor submetido a regulamentações rígidas demanda das empresas ações referentes à organização e gestão de sua cadeia produtiva para manter suas operações num ritmo crescente. Em ambientes complexos, como o criado pelo marco regulatório da indústria de petróleo e gás no Brasil, vai-se exigir cada vez mais de operadoras e fornecedores bom preparo para conhecer os riscos envolvidos na atividade e dar conta de atender ao aumento da demanda de produtos e serviços. Adicionalmente, é necessário entender que, para que a promessa de riqueza e de grande desenvolvimento socioeconômico se cumpra, grandes desafios precisarão ser enfrentados. Desafios no campo tecnológico, de infraestrutura e logística, legislação (marco regulatório), tributos, capital humano e de captação de investimentos serão pontos críticos nos próximos anos.

No mês de janeiro de 2014, a EY lançou o estudo "Perspectivas para a indústria de óleo e gás no Brasil", que apresenta uma análise de cinco áreas que precisam de atenção e reavaliação diante das expectativas positivas de desenvolvimento do setor: capital humano, inovação tecnológica, infraestrutura, investimentos e modernização do ambiente regulatório, especialmente no que se refere à carga tributária. O estudo faz ainda um comparativo entre as políticas e os resultados alcançados na Inglaterra e Noruega no Mar do Norte em relação aos desafios que o Brasil deve superar.

No caso da Inglaterra, o enfoque do desenvolvimento da indústria estava na maximização da receita no curto prazo, opção que trouxe bons resultados no início, mas levou a uma produção irregular na fase de crescimento e uma forte queda a partir do ano 2000. O governo britânico não tinha uma estratégia de estímulo à pesquisa e desenvolvimento, além de que as mudanças no regime fiscal eram constantes.

Na Noruega, o desenvolvimento se deu com o fortalecimento da indústria. A produção passou por um ritmo de desenvolvimento mais lento, respeitando as diferentes fases da exploração e produção. Além disso, houve uma política de forte financiamento de pesquisas para avanço tecnológico e foi adotado um regime tributário simples e transparente.

O Brasil tenta adotar o modelo da Noruega, mais sólido, estruturado e voltado para o longo prazo. Na prática, no entanto, o País segue nos moldes da Inglaterra ao exigir um forte programa de investimentos para o aumento da produção no curto prazo.

© 2013 EYGM Limited. Todos os Direitos Reservados.

Trabalhe conosco: **ey.com.br/carreiras**

EY

Building a better working world

EY: referência global em Energia e Recursos Naturais.

A EY conta com profissionais experientes e serviços exclusivos para empresas de Petróleo e gás, Mineração, Siderurgia, Energia limpa e Geração e transmissão de energia.

Gestão de custos e excelência operacional | Sustentabilidade | Assessoria tributária | Supply Chain & Operations | Gestão de fornecedores | Gestão de projetos de capital | Tecnologia da informação | Due diligence | Consultoria para joint ventures | Regulamentação | Auditoria e controles internos

Carlos Assis | Sócio-líder de Energia da EY
carlos.assis@br.ey.com

ey.com.br/energia

Ernst & Young agora é EY
Auditoria | Impostos | Transações | Consultoria

ey.com.br/betterworkingworld
#BetterWorkingWorld

facebook | **EYBrasil**
twitter | **EY_Brasil**
linkedin | **ernstandyoung**

Rio2016

APOIADOR OFICIAL

TM Rio 2016

Certificado Digital ganha força no Brasil

O Certificado Digital é nada menos que um reconhecimento de firma virtual. Se antes era necessário ir aos cartórios para validar documentos, hoje, o novo sistema garante aplicações como comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias e iniciativas de governo eletrônico à distância, facilitando a vida de cidadãos e empresas.

Criado em 2001, como uma espécie de identidade virtual, o Certificado Digital começou a ganhar força e conquistar de fato o seu espaço. Segundo o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, autarquia federal responsável pela cadeia de certificação do País, após dez anos do lançamento, 5 milhões de empresas e pessoas físicas já possuem cadastro no sistema.

A ideia é que todos possuam registro, desde empresas particulares, pessoa física, até o próprio governo. Para isso, é preciso que as empresas adquiram o certificado e cadastrem seus clientes. Assim, é possível confiar em qualquer acordo, transação, envio de documentos e até mesmo em uma troca de e-mails realizado em plataformas digitais.

Segundo o ITI, o Certificado ou Selo Digital personifica o cidadão na rede, garantindo validade jurídica aos atos praticados nesse meio. Para o Instituto, "A certificação digital possibilita transações feitas de forma virtual, ou seja, sem a presença física do interessado, mas que demanda identificação clara da pessoa que a está realizando pela intranet".

Os responsáveis pelos cadastros de cada pessoa, ou empresa, são as Autoridades Certificadoras, que devem seguir os padrões determinados pelo ITI. Alguns exemplos dessas autoridades que são oficiais perante o Instituto são: Caixa Econômica Federal, SERPRO, SERASA EXPERIAN, Casa da Moeda do Brasil, entre outras.

Segundo a autarquia responsável, em 2013 foram emitidos mais de 2 milhões de certificados, quase 6% a mais que em 2012. Para este ano, estima-se um aumento de 10 a 20%.

Especialistas acreditam que o certificado será cada vez mais utilizado, na medida em que se tornar obrigatório. Neste ano, por exemplo, a declaração do Imposto de Renda será realizada com esse sistema, trazendo como benefício a facilidade no preenchimento e a redução de chances de passar na malha fina. Além disso, em 2012 a mudança na legislação tornou obrigatório o uso do selo digital para o recolhimento do FGTS.

Outros programas do governo também já aderem o certificado, como o Prouni, Cartório Eletrônico, Sistema do Banco Centra do Brasil – Sisbacen, Programa Juros Zero, etc.

Com o cadastro realizado, o usuário, seja pessoa física, empresa pública ou privada, recebe duas chaves de segurança: a pública - que pode ser dada a qualquer um, da mesma forma em que passamos nosso número de RG, ou CNPJ, no caso de empresas – e a chave privada, que deve ser mantida em sigilo.

O serviço requer custo, e, por isso, ainda não é tão atrativo para as pequenas e microempresas. Mas, exatamente por esse motivo, pode representar um bom investimento para profissionais de Tecnologia da Informação, que têm o desafio de melhorar o sistema e torná-lo cada vez mais competitivo e acessível a todos.

Somos um Rio $urreal

Movimento luta contra os preços abusivos na cidade do Rio de Janeiro

Faltando poucos dias para a realização da Copa do Mundo, os preços de produtos comercializados em restaurantes, bares e até nas areias das praias dispararam de vez. Resultado: moradores da cidade que recebe anualmente milhões de turistas criaram uma página nas redes sociais para boicotar os produtos caros.

O grupo criou até uma imagem para identificar o movimento. O "surreal", assim como é chamado, é representado por uma nota parecida com o real, onde está estampado o rosto do artista surrealista Salvador Dali. Com Slogan "Os preços no Rio já passaram da realidade. Aqui a gente denuncia e você fica sabendo onde estão pagando caro", a página, que já conta com aproximadamente 100 mil seguidores, publica exemplos de preços praticados na cidade, divulgando fotos de contas, cardápios, anúncios em prateleiras com preços abusivos.

Uma das propostas defendidas pelo movimento é o boicote do aluguel de cadeiras na praia. No Leblon, os banhistas pagam R$ 5 pelo aluguel e o mesmo valor pela barraca. Já em Ipanema, o valor para algumas horas debaixo do guarda-sol é de R$ 7,00.

Com a criação do movimento, outros grupos também surgiram nas redes sociais, como o "Beber de isoporzinho". A ideia é incentivar os consumidores a levarem a bebida própria, em um lugar marcado na rua com os amigos. "A ideia é econômica e divertida. Reunimos um grupo grande de amigos, sem ter que pagar preços astronômicos por isso", comenta Igor Cavalcante, um dos adeptos ao movimento.

Aderiram ao movimento os estados de São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais, que ganharam páginas na internet para consumidores reclamarem de preços abusivos praticados pelos estabelecimentos comerciais. Juntas, elas têm quase 50 mil seguidores que interagem criticando supermercados, bares e restaurantes que cobrariam valores exorbitantes.

O Governo Federal, por meio de comitê interministerial prometeu acompanhar os preços, tarifas e qualidade dos serviços durante a Copa do Mundo e garante que utilizará todos os instrumentos à disposição do Estado para garantir a defesa dos direitos do consumidor brasileiro.

A rede hoteleira carioca se comprometeu a publicar nos sites de cada hotel as tarifas que serão cobradas durante a Copa do Mundo na mesma página dos preços que foram praticados no último réveillon e carnaval, permitindo ao consumidor que compare os valores, estimulando a denuncia em caso de abusividade.

Planejamento jurídico-valorativo: defesa contra o abuso das informações

*Marcus Vinicius Buschmann**

A tecnologia da informação tem auxiliado o controle de ilícitos e a fiscalização e monitoramentos de atividades.

Com base neste aparelhamento, inúmeras leis estão sendo modificadas ou sendo criadas para fins de coibir, fiscalizar e punir estes ilícitos.

A lei anticorrupção, as alterações na Lei de Lavagem de dinheiro, bem como o Acordo de Cooperação Brasil-EUA para intercâmbio de informações fiscais, o e-social, sped, siscoserv, e todos os mecanismos de controle e fiscalização, são potentes armas para investigar e punir ilícitos tributários e financeiros, bem como alcançar criminosos desde crimes do colarinho branco até as quadrilhas embrenhadas na corrupção, o que a sociedade brasileira aplaude com vigor.

Entretanto, na análise destes mecanismos, seja pelo COAF, Receita Federal, Banco Central e outros sistemas informáticos de recolhimento de dados, as diversas transações e pessoas estão implicadas a diversos deveres de prestação de informações, o que gera possíveis erros de análise e interpretação, seja pelas pessoas físicas ou jurídicas obrigadas, seja pelas autoridades que vão analisar estes dados.

Em tempos de "Big data" e procedimentos digitalizados, a velocidade e quantidade de informações geram muitas vezes uma falsa verdade e uma falsa sensação de credibilidade, que podem ser usadas tanto contra as empresas que forneceram a informação, quanto contra as pessoas envolvidas.

As cobranças e dinâmicas sociais levarão àqueles que informam ou que analisam a informação a não interpretarem as situações com a acuidade necessária.

Neste sentido, as empresas obrigadas a conceder informações próprias ou de terceiros, através das inúmeras declarações fiscais e financeiras, terão uma tripla missão: a) fazer um criterioso compliance para que as informações sejam entregues em tempo e corretamente, escapando de multas e punições previstas em lei; b) cuidar para que as informações dadas sobre terceiros sejam interpretadas e informadas com acuidade, sob pena de responsabilização; c) verificar em sua própria base se as informações triangulares não estão desalinhadas, pois poderão provocar o anseio do poder público em analisar e investigar situações desnecessárias, causando desgaste e muitas vezes punições irregulares, mas de difícil contestação posterior por falta de elementos prévios.

A partir destas premissas, as estruturações jurídicas de uma empresa e a movimentação de seu dia a dia, ganharão outra dimensão, desde o nascimento de um contrato até o pagamento de uma despesa, estaremos num mundo onde cada registro pode lhe gerar uma boa ou má evidência, verdadeira ou falsa, de que se agiu corretamente, sendo que você poderá, ainda, ter um capacitado ou incapacitado intérprete daquela informação.

Desta forma, o compliance e a proatividade de uma estratégia jurídica antecipada poderá garantir aos negócios paz futura com diminuição de riscos, pois as armas de investigação se tornarão potentes e a insegurança jurídica latente.

A interpretação das evidências, registros e informações dadas já devem ser feitas e baseadas em premissas legais e valorativas (ou seja, éticas e morais), agregando valor para que, proativamente, já se tenha diretrizes de defesa contra qualquer má interpretação de dados.

Não obstante, pelo valor de Justiça e pelos direitos e garantias fundamentais deverá a Administração Pública prover todos os meios de defesa e correção de dados mal interpretados ou informados, possibilitando, de forma prévia, que a sociedade possa interferir e modificar, com velocidade, este "caldo de dados" que a tecnologia está proporcionando ao Estado Contemporâneo.

Neste rastro, a auditoria, gerenciamento e estruturação jurídica dos dados e registros financeiros, bem como a sua correção pelos instrumentos apropriados, serão alicerces para vencer neste admirável mundo novo.

** Sócio da Mello, Miranda, Travassos & Buschman Advogados.*

MINT – surge um novo grupo econômico de 4 países!

Após a criação da sigla BRIC – grupo que envolve os países Brasil, Rússia, Índia e China, um economista britânico, Jim O´Neill criou uma nova sigla, MINT (menta, em inglês), para se referir a outros quatro países menores, México, Indonésia, Nigéria e Turquia, mas com grandes possibilidades de crescimento. Esse novo grupo tem demonstrado indicadores demográficos muito favoráveis pelos últimos 20 anos e suas perspectivas econômicas são muito interessantes, na opinião dos economistas.

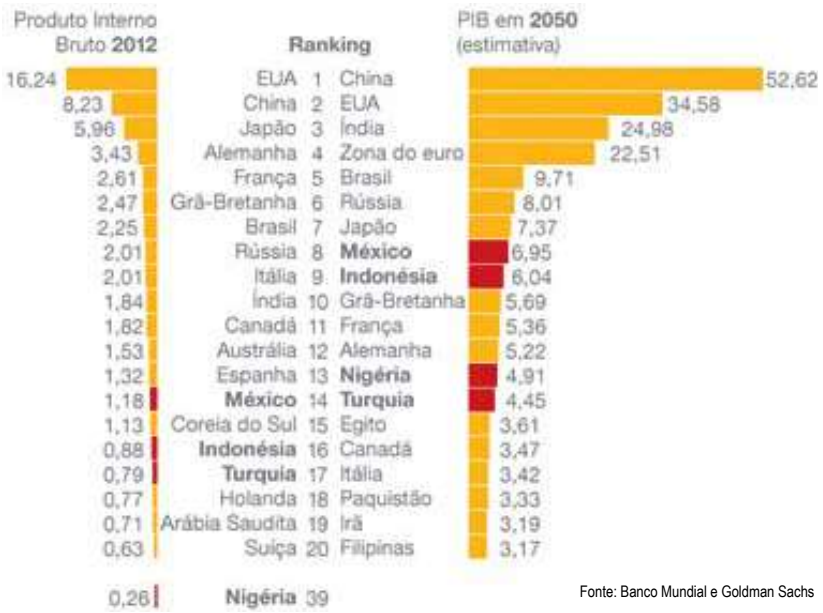
A perspectiva é que o grupo que integra o Mint figure entre as grandes economias do mundo no período de 30 anos. O´Neill explica que avaliou três aspectos nestes países. O primeiro diz respeito ao crescimento demográfico forte, a exemplo da Indonésia, que já possui a quarta população do mundo, com 247 milhões de pessoas. Com o número crescente, que é possível, as expectativas de novos investimentos, oportunidades de mercado e emprego também tendem a aumentar.

O segundo ponto estudado é a localização dos quatro países: México, por exemplo, está ao lado dos Estados Unidos e Canadá. A Turquia como ponte entre o Ocidente, o Oriente e o Oriente Médio. E a Indonésia, próxima da China e de outros países asiáticos, o que pode facilitar o crescimento econômico. Já a localização da Nigéria não está tão bem situada como os outros, mas não é menos importante para investidores, por estar localizada na África.

O terceiro e último ponto é que três destes países possuem matéria prima, o que já lhes favorece em um movimento de crescimento da economia e maior demanda.

Para a economia mundial, a criação de uma nova sigla atrai os olhares para os países que compõe esse novo grupo. O que pode levar inúmeros benefícios aos mesmos, como investimentos internacionais, menores taxas de juros, novas oportunidades e desenvolvimento econômico favorável.

Crescimento dos MINTs (US$ trilhões)



Fonte: Banco Mundial e Goldman Sachs

Sistema financeiro nacional e a crise de 2008: Brasil na vanguarda

*Antonio Carlos Bueno de Camargo Silva**

A história da crise financeira mundial que eclodiu em 15 de setembro de 2008 com a quebra do Lehman Brothers, na época o quinto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, ainda vai ser escrita. É necessário distanciamento temporal para analisar as raízes e as consequências do terremoto que abalou o coração do capitalismo mundial e fez tremer praticamente todo o planeta. Alguns analistas já apostam no ano de 2014 como um marco do fim da crise, ou ao menos o início do fim, ao passo que outros vaticinam mais alguns anos de turbulências. Qualquer que seja o desfecho desta prolongada temporada de problemas e desafios ao mercado financeiro, é possível analisar a crise da perspectiva do Brasil e verificar que nosso sistema financeiro passou com distinção e louvor no maior teste para sua solidez e eficiência.

Chama atenção, desde logo, um fato simples. Nos três primeiros anos da crise, quase 400 bancos ou instituições financeiras quebraram nos EUA - 393, para ser preciso, de acordo com dados do Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), órgão do governo norte-americano cuja atuação é similar à do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) no Brasil, oferecendo garantias aos poupadores, correntistas e investidores em geral. Para que o leitor tenha uma ideia, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) conta hoje com 122 instituições filiadas.

Se este número já impressiona, os resultados do processo no Brasil no mesmo período também são quase inacreditáveis: apenas cinco bancos (BVA, Prosper, Rural, Cruzeiro do Sul e Morada) sofreram liquidação do Banco Central desde 2008, e nenhum deles em consequência direta da crise global, mas por questões gerenciais internas ou de contingências do mercado nacional.

Ninguém quer com isto dizer que a crise não afetou o Brasil, mas mostrar que os efeitos no sistema financeiro nacional não foram os que se verificaram em tantos países que sofreram a crise na veia, com desorganização sistêmica de suas instituições financeiras.

Nosso sistema passou, após a eclosão da crise de 2008, por uma admirável prova de estresse.

E mostrou robustez e capacidade de se reinventar e de se adaptar aos novos tempos. É bem verdade, e não se pode esquecer, de maneira alguma, que desde o chamado Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), extinto em 2001, o marco regulatório para o sistema financeiro do Brasil se mostrou bastante adequado. Um marco avançado para seu tempo, que já incorporava medidas que os países desenvolvidos adotaram apenas após a crise de 2008. Uma legislação de vanguarda.

Vale a pena nos determos um pouco sobre a reinvenção deste sistema que permitiu ao país atravessar a tormenta global de maneira relativamente tranquila. Olhando retrospectivamente, percebemos que os bancos médios e pequenos, que antes de 2008 operavam muito com carteiras de crédito massificadas, como o consignado, foram paulatinamente deixando este segmento para os grandes bancos e conseguiram descobrir novos nichos de mercado, que não eram (e não são) explorados pelos gigantes do setor, como o das pequenas e médias empresas e microempreendedores.

Reinventando seu negócio, os pequenos e médios permaneceram no mercado, ao passo que os grandes, com maior capilaridade e capacidade financeira, também apresentaram mudanças de perfil, inclusive a de atender a então crescente demanda por um crédito mais barato, estimulado pelas últimas gestões do governo federal.

Nos últimos dez anos, o país viveu um processo de crescimento da classe média que estimulou, via aumento do emprego e da renda, a maior bancarização da população e o fortalecimento do sistema como um todo, via ganho de escala. Os grandes bancos foram beneficiados, mas também os pequenos e médios, indiretamente, pelo surgimento de novas oportunidades de negócios no âmbito das micro e pequenas empresas, nicho cada vez mais expressivo.

Tudo somado, podemos dizer que o sistema financeiro nacional atravessou o período daquela que vem sendo apontada como a maior crise econômica desde 1929 com segurança e tranquilidade. Se a crise está chegando ao fim, só o tempo vai mostrar. Importante perceber que o BC continua atento, trabalhando com normas preventivas e se antecipando para manter na vanguarda a regulação que garantiu, em grande medida, a tranquilidade dos brasileiros em um período tão complexo para a economia mundial.

** Presidente do Conselho do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).*

Acesso aos planos odontológicos tende a crescer entre os brasileiros

*Cássia Gil**

Um serviço de saúde essencial, mas que hoje atende a menos de 10% da população. Esse é o cenário dos planos odontológicos, que apesar de figurarem entre os três benefícios mais desejados pelos trabalhadores, ainda estão longe de ser uma realidade para boa parte da população. A PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios/IBGE), por exemplo, indica que 22,5 milhões pessoas, quase 12% dos brasileiros, nunca estiveram em um consultório odontológico. Esses são números atuais, que à primeira vista parecem bastante negativos, mas que representam boas perspectivas e oportunidades quando analisados ao lado de outros indicadores.

Um deles vem da ANS (Agência Nacional de Saúde). Enquanto o segmento de planos de saúde médico deve ter crescimento tímido nos próximos anos, o de assistência odontológica melhorará seu desempenho. Trata-se de tendência que segue uma lógica aritmética: em 2002, o Brasil tinha 3,6 milhões de beneficiários de planos odontológicos privados. Em março de 2013, esse número era de 19 milhões, o que representa um crescimento acumulado de mais de 400%. É um salto, claro. Mas essa expansão ainda é tímida, pois engloba menos de 10% do mercado brasileiro.

O aumento na procura por planos odontológicos – e a consequente busca por mais saúde bucal – está diretamente ligado à melhora da renda e do acesso à educação e emprego formal da população. É bom lembrar que, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), cerca de 40 milhões de pessoas ascenderam à classe média nos últimos 10 anos. Junto com essa evolução, veio o desejo de consumo de inúmeros produtos, entre eles aqueles ligados à estética e autoestima, onde em geral esta população visualiza a odontologia. Ainda temos um caminho a percorrer para estimular a consciência a respeito das doenças que podem ser ocasionadas por problemas bucais. Por exemplo, pela simples falta de limpeza adequada dos dentes, que provocam inflamações gengivais podem evoluir para doenças graves, como problemas respiratórios (pneumonia) problemas cardíacos (endocardite bacteriana), problemas renais, entre outras Ou seja, saúde e qualidade de vida entraram de vez na lista de desejos dos brasileiros, assim como já o são a casa própria e alguns bens de consumo.

"O aumento na procura por planos odontológicos – e a consequente busca por mais saúde bucal – está diretamente ligado à melhora da renda e do acesso à educação e emprego formal da população. É bom lembrar que, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), cerca de 40 milhões de pessoas ascenderam à classe média nos últimos 10 anos."

Essa tendência é nitidamente percebida em pesquisa realizada em 2013 pela MetLife, que mostrou que benefícios ligados à saúde já são as principais preocupações dos funcionários das grandes empresas no Brasil. Dois dos três produtos mais adquiridos estão relacionados à saúde e bem estar: plano de saúde (78%) e seguro odontológico (63%). A distribuição de beneficiários odontológicos atualmente mostra que a maior parte está concentrada em planos coletivos empresariais, segmento responsável por 82% do mercado de planos odontológicos.

Os dados indicam ainda que em regiões nas quais o nível de renda da população é mais elevado, o acesso a produtos de saúde também é maior. Em números absolutos, os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo (região sudeste), concentram 60% dos beneficiários com esta cobertura. Esses são indicativos do grande potencial que ainda existe nestes e em outros estados do país, onde os níveis de renda estão em constante evolução.

Claro que a conquista de novos mercados está diretamente associada à qualidade dos serviços. À medida que a população aumenta sua busca por produtos de saúde, tornam-se necessárias ações mais incisivas por parte das operadoras para a distribuição do produto, com ações que estimulem a adesão aos planos odontológicos, como um cuidado adicional aos serviços oferecidos, rede credenciada, facilidades no atendimento, qualificação de profissionais entre outros, para dar conta dessa demanda que, acreditamos, tenderá a crescer cada vez mais.

O desafio, no qual trabalhamos todos os dias, é ganhar cada vez mais agilidade e assertividade para garantir a oferta do melhor produto, o melhor atendimento e a mais adequada cobertura odontológica para nossos clientes e nossos dentistas credenciados. Desta forma estaremos indo ao encontro daquilo que acreditamos: ao promover hoje melhor saúde bucal aos nossos beneficiários, estaremos lhes assegurando um futuro com mais qualidade de vida.

**** Diretora de Planos Odontológicos da MetLife.***

A inovação na construção civil no Brasil sob a ótica do consumidor

"De acordo com os dados da pesquisa, as 5 áreas de inovação mais lembradas são: racionalização de energia, alarme elétrico, racionalização de água, teto solar e monitoramento por câmera."

O consumidor brasileiro que está adquirindo ou pretende adquirir um imóvel está cada vez mais exigente e atualizado sobre as inovações tecnológicas da Indústria da Construção e está disposto a pagar mais por um empreendimento que incorpore novas tecnologias que resultem em maior economia, segurança, conforto, sustentabilidade ambiental, entre outros diferenciais.

Este é o resultado de uma pesquisa inédita realizada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e coordenada pelo Instituto SENSUS. O estudo "A Inovação na Construção Civil no Brasil sob a Ótica do Consumidor" aponta que, mesmo entre famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos, é significativo o volume de consumidores que aprovariam pagar 10% ou mais do valor do imóvel pelo conjunto de inovações apresentadas. Este percentual cresce na proporção em que aumenta o nível de escolaridade dos entrevistados, chegando a 61,4% de aprovação na faixa com renda superior a 20 salários mínimos.

A pesquisa, realizada em 23 estados e no Distrito Federal, ouviu 1.100 pessoas no período de 11 a 15 de maio de 2013. De forma espontânea, os entrevistados apontaram os itens economia (com 30,2%), segurança (com 16,3%), conforto (4,9%) e é ecológico (com 4,1%) como as inovações tecnológicas mais lembradas em um imóvel. Essas respostas coincidiram com as perguntas induzidas, quando os consumidores foram convidados a apontar o item "mais importante" de inovação que eles esperam ver em uma residência. De acordo com os dados da pesquisa, as cinco áreas de inovação mais lembradas são: racionalização de energia (21,4% a escolheram como item mais importante), alarme elétrico (12,7%), racionalização de água (12,1%), teto solar para geração de energia (8,5%) e monitoramento por câmera (7,5%).

Para o presidente da CBIC, Paulo Safady Simão, o estudo confirma o que até então era apenas um "sentimento" do mercado: que o consumidor brasileiro, em todas as faixas de renda, está antenado com as inovações tecnológicas cada vez mais presentes na Indústria da Construção e valoriza essas novas tecnologias na medida em que elas estejam claramente relacionadas a benefícios substantivos e que não impliquem gastos excessivos. "A pesquisa é fundamental porque estamos saindo do âmbito do palpite e agora podemos aferir que existe um anseio do consumidor brasileiro por inovação e que este mercado tem amplo espaço para se expandir. Com os dados fornecidos pela pesquisa, fabricantes de materiais e construtores têm agora mais segurança para aumentar os investimentos em novos produtos e novas metodologias construtivas e para ampliar o uso de inovações no setor. Com mais investimento e com ganho de escala, essas novas tecnologias terão seu custo reduzido e poderão chegar a um público muito maior", afirma o presidente da CBIC.

Além disso, segundo Paulo Simão, a pesquisa fortalece a defesa que a CBIC tem feito junto ao governo, no sentido de extender os benefícios da inovação tecnológica às moradias de interesse social. "Os empreendimentos construídos dentro do Minha Casa, Minha Vida precisam incorporar essas inovações. Racionalização do consumo de energia, redução do consumo de água, geração de energia por meio de placas fotovoltaicas, entre outros avanços tecnológicos são benefícios que precisam chegar a todo o conjunto da população. Mas, para isso, será necessário inserir no prgrama novos parâmetros de inovação e sustentabilidade", ressalta.

Experiência é a melhor solução.

A ***Branco Consultores***, há 12 anos
tem um simples objetivo:
conquistar a confiança dos nossos clientes,
trazendo as melhores soluções.

ESPECIALIDADES:

>> CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

>> ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA

>> PERÍCIAS CONTÁBEIS

BRANCO

RIO DE JANEIRO
Rua Sete de Setembro, 111 - 7º andar
Rio de Janeiro - CEP 20050-002
Tel. 21 3231 5900
Fax. 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana
São Paulo - CEP 04101-000
Tel. 11 5087 8910
Fax. 11 5087 8810

brancoconsultores.com

Rede de conhecimento sobre a Amazônia identificará soluções de desenvolvimento sustentável à ONU

*Virgilio Viana**

Proposta pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), SDSN-Amazônia é lançada no Brasil e contará com representantes dos três setores da sociedade.

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS), lança no Brasil, a Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia (SDSN-Amazônia, na sigla em inglês) como parte da Rede de Soluções para Sustentabilidade da ONU (UN-SDSN – sigla em inglês) – que mobiliza conhecimento científico e tecnológico global sobre os desafios do desenvolvimento sustentável. A SDSN-Amazônia contará com a participação de pesquisadores, tomadores de decisões, especialistas e líderes empresariais para catalisar e construir soluções para a sustentabilidade com base em experiências da Amazônia Continental, que abrange nove países. Essas experiências devem ser adaptadas e replicadas para regiões em desenvolvimento com desafios parecidos da Amazônia, como a África Central (Bacia do Congo) e o Sudeste Asiático (Indonésia e Vietnã). Dessa forma, poderão colaborar para o quadro de metas e objetivos para o desenvolvimento sustentável pós-2015.

Por meio de uma plataforma na internet, a SDSN-Amazônia promoverá o diálogo e informará políticos com base em evidências técnicas e científicas sobre as questões e prioridades identificadas pelos governos. Assim, trará soluções embasadas em grande escala, com o engajamento da sociedade civil e apoio de políticas públicas. Isso está intimamente ligado com os desafios que muitos países vem sofrendo, como o Brasil, com altas temperaturas, que geram a seca, falta d'água e até de energia, ou as fortes chuvas, que ocasionam enchentes.

"O clima está cada vez mais alterado e a população mais pobre é a mais vulnerável às mudanças climáticas e à degradação ambiental. Por isso é necessário integrar as agendas ambientais com os esforços para a erradicação da pobreza. A Amazônia é responsável pelo oferecimento de serviços ambientais cruciais para a regulação do clima e estabilidade de ecossistemas locais, regionais e globais. Isso comprova como os desafios para sua conservação podem ser usados como exemplo para diversas regiões", comenta Virgílio Viana, superintendente geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e presidente da SDSN-Amazônia.

Viana é vice-presidente do grupo temático para oceanos, florestas, biodiversidade e serviços ambientais e um dos poucos brasileiros que participam da Rede SDSN da ONU. Foi ele quem propôs a criação da SDSN-Amazônia, a única rede criada fora da ONU. A proposta para sua criação surgiu em um dos encontros em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas e contou com apoio de Jeffrey Sachs (líder da SDSN e diretor do The Earth Institute, Universidade de Columbia, EUA).

A FAS será a coordenadora da rede e servirá como um secretariado técnico para sua concepção. Apoiará também o trabalho de dois comitês (técnico-científico e político-estratégico), que definirão a missão e visão da rede, bem como a resolução de problemas para a região amazônica.

Entre os membros da rede estão instituições com um histórico de trabalho na região amazônica, incluindo universidades e institutos de pesquisa, academia de ciências, redes universitárias, instituições regionais, organizações multilaterais, empresas, ONGs, comunidade e grupos indígenas.

A FAS é uma organização brasileira não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública federal e estadual, criada em 20 de dezembro de 2007, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Bradesco. A instituição, a partir de 2009, passou a contar com o apoio da Coca-Cola Brasil e, em 2010, do Fundo Amazônia (BNDES). O principal programa da FAS é a Bolsa Floresta, que é o primeiro projeto brasileiro com certificação internacional para compensar as populações tradicionais e manter os serviços ambientais fornecidos por meio das florestas.

*** Coordenador do estudo SDSN Amazonia.***

Governo federal vai privatizar a raspadinha

O governo federal prepara uma megalicitação para passar à iniciativa privada toda a operação das loterias instantâneas (as "raspadinhas"), incluindo a criação de novos jogos e postos de vendas. O assunto, que está sendo tratado pela Caixa Econômica Federal, atual "dona" do negócio, pode render aos cofres públicos cerca de R$ 15 bilhões em cinco anos.

Segundo a Caixa, foi realizada uma consulta pública no ano passado para contratação de empresa que vai cuidar da loteria instantânea, mas ressaltou que o tema ainda está sob análise. "Caso a Caixa decida pela continuidade do projeto em estudo, este deverá passar regularmente pelas etapas de Audiência Pública e Licitação. Portanto, no momento não há contratação em andamento."

A ideia é remunerar a empresa que vencer a licitação com um porcentual sobre os valores arrecadados pela loteria instantânea. Porém, para não ter que alterar a legislação, a Caixa continuará sendo a "dona" do negócio, e a operacionalização (pré-produção, produção, logística, telemarketing, venda, pós-venda, suporte) passará toda a uma única empresa ou a um consórcio de companhias privadas, que pode ser feita por empresas nacionais e internacionais. Atualmente, apenas a distribuição, pelos Correios, e a impressão são terceirizadas.

A Caixa Econômica já confirmou que esteve em reunião com empresas que operam loterias no mundo, como a Scientific Games, que toca a Mega Millions nos Estados Unidos. Aquela que vencer a licitação também ficará responsável pela criação de novos jogos e a abertura de novos pontos de venda, como a comercialização em máquinas de autoatendimento. Atualmente, as raspadinhas são vendidas somente em casas lotéricas.

O dinheiro arrecadado com as "raspadinhas" são distribuídos da seguinte maneira: 44% do dinheiro é repassado ao Tesouro, e é destinado a área de seguridade social, como a Previdência. Outros 18,8% são enviados ao Fundo Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), e duas parcelas iguais, de 8,5% cada, são destinados ao Fundo Penitenciário Nacional, e para o Fundo Nacional de Cultura. Os 20% restantes são atingidos pelo mecanismo de Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite ao Tesouro engordar a economia de recursos primários para o pagamento dos juros da dívida pública.

A abertura do mercado é vendida internamente no governo como a "modernização das loterias brasileiras". Um dos objetivos é ampliar um mercado considerado "subaproveitado" no Brasil. Há um entendimento em Brasília que as apostas ainda não chegaram à internet da forma como chegaram em outros países emergentes, como a China, onde as "raspadinhas" têm sido superadas por loterias instantâneas online.

Ano novo, empresa mais sustentável

*Marcus Nakagawa**

O ano começou e parece que todos os empreendedores já iniciaram aceleradamente com suas reuniões e articulações. Talvez porque neste ano teremos muito menos dias de trabalho, por conta dos feriados, Copa do Mundo e eleições. Quando percebermos, o final do ano estará próximo.

Para os empreendedores que desejam pensar não somente na sobrevivência imediata do seu negócio, mas também na perenidade, para que um dia, quem sabe, seus filhos possam assumir o seu legado, é importante planejar seus passos, não somente pensando financeiramente, mas também nos vetores ambientais e sociais.

Sabemos que no dia a dia temos que ir atrás do faturamento e das vendas, passando pela entrega dos serviços ou dos produtos. Porém, para que a energia da empresa seja renovada neste ano que se inicia, é interessante que haja também o vetor de inovação para a sustentabilidade. Mas afinal o que é isso?

Inovação, segundo Peter Drucker, um dos gurus da administração, é "a atribuição de novas capacidades aos recursos existentes na empresa para gerar riqueza". Podemos ir além e aproveitar ou otimizar estes recursos com o foco em sustentabilidade. Não gosto muito de fórmulas milagrosas, sete passos disso ou nove jeitos daquilo, pois cada empresa é um ser orgânico diferente do outro e, assim, aquele remédio ou processo milagroso pode dar certo em uma empresa e na outra não. Vamos considerar os pontos abaixo como dicas para o pontapé inicial de discussão dentro da organização.

Primeiramente olhe no entorno e entenda os impactos da sua empresa. No marketing chamamos de análise de macroambiente, mas geralmente a empresa só olha os pontos que afetam ela financeiramente. Acredito que isso seja o básico e, se o seu empreendimento nunca olhou para isso, agora é a hora.

Fora isso é interessante avaliar também os impactos sociais que a sua empresa está realizando nos seus vizinhos, concorrentes, família dos seus funcionários, na família do empreendedor, enfim impactos em todos aqueles que um dia possam influenciar, processar ou fazer um protesto na frente da sua empresa. Estamos falando de análise e gestão de riscos sociais.

Na questão ambiental o ideal é controlar tudo que entra e tudo que sai da empresa. Isso mesmo, veja quais são os insumos que estão utilizando e se eles não podem agredir as pessoas e o meio ambiente. Isso vai desde o material de limpeza, passando pelo insumo do produto final, água, energia, e até a tinta da impressora. É importante também qualificar os resíduos que a sua empresa está emitindo e para onde ele está indo. Controlar o lixo que sai, para onde vai, quem leva, qual o fim dele? Talvez a sua equipe esteja jogando uma parte da sua produção nele e você nem sabe.

Entendendo os impactos, está na hora das melhorias e otimização. E quem sabe transformar este impacto em uma oportunidade de negócio, economia de material, melhoria de processo ou engajamento de funcionários. Assim começamos a inovação.

Mas todo este trabalho não dá para fazer sozinho, é necessário engajar outras pessoas para esta jornada. Quem sabe algum funcionário que gosta do assunto, um amigo que está disponível no mercado, uma ONG vizinha ou até fazer um comitê interno voluntário para que as pessoas participem do processo e se sintam fazendo algo diferente do ano passado.

Assim a energia começa a ser canalizada e renovada com um foco no qual as pessoas busquem um tema que não é somente a segurança financeira que, diga-se de passagem, existe também na empresa concorrente, o dia a dia do trabalho, mas quem sabe, a real importância do uso da nossa inteligência para a manutenção de um planeta em que vivemos e a busca por modelos que não agridam tanto todos os seres que aqui convivem.

** Sócio-diretor da iSetor, professor da ESPM, idealizador e presidente do conselho deliberativo da Abraps.*

NÃO ENFRENTE FILAS

VISITE O
CORCOVADO
COM CONFORTO
E SEGURANÇA

Garanta seu bilhete
com hora marcada!

corcovado.com.br

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

Desafios na OMC

*Rubens Barbosa**

A última reunião ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), em dezembro, terminou com acordos nas áreas de facilitação de comércio, em alguns itens da agenda da agricultura, em algodão e em temas de interesse dos países de menor desenvolvimento relativo. Ficou, assim, afastada a ameaça de esvaziamento da OMC, pelo menos no futuro imediato. A partir dessa decisão, os países membros terão de enfrentar três desafios para manter a OMC viva: retomar efetivamente as negociações da Rodada de Doha; tentar incluir na OMC os acordos regionais e bilaterais e suas regras; e reformar a governança da instituição.

Os países membros decidiram dar mandato de um ano para a OMC definir uma pauta para a retomada das negociações da Rodada de Doha. Conforme já indicado pelo diretor-geral da OMC, o brasileiro Roberto Azevêdo, realisticamente, a agenda a ser definida em 2014 terá de ser menos abrangente e mais enxuta para obter consenso. A reação dos países em desenvolvimento é previsível, como já indicou o ministro do exterior, Luiz Alberto Figueiredo: para o Brasil, a retomada das negociações da Rodada de Doha depende da inclusão na pauta das distorções comerciais na agricultura.

O segundo desafio é como incluir nas negociações multilaterais os acordos de livre comércio que estão sendo discutidos fora da OMC. Mais de 500 acordos regionais e bilaterais estão em exame e 345 foram notificados à organização e estão em vigor. A função de monitoramento desses acordos, um dos pilares da OMC, no entanto, não está sendo exercida por falta de condições técnicas e políticas. Como multilateralizar as concessões e as regras negociadas fora da OMC e que ultrapassam os limites hoje vigentes, como as chamadas de OMC plus (serviços, barreiras técnicas ou propriedade intelectual), bem como as que tratam de temas que estão fora do marco da OMC (investimento, meio ambiente).

As transformações por que passam o comércio internacional e a economia brasileira exigem uma análise pragmática.

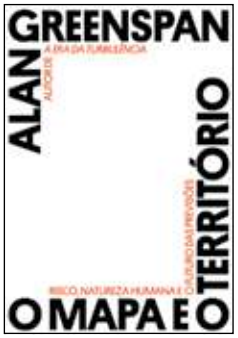
Para enfrentar esses questões (ressuscitar Doha e acordos e regras fora da OMC), os países membros deverão responder ao terceiro desafio: como reformar e modernizar a OMC. Tal como funciona hoje, a OMC não está preparada para reagir às demandas da globalização, da evolução do comércio global e da revolução das cadeias produtivas, responsáveis por 56% do intercâmbio comercial e 72% dos serviços no mundo. Com 160 países membros, as decisões por consenso serão cada vez mais difíceis e formas alternativas para obter consenso pela maioria terão de ser encontradas; a manutenção do tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento já está sendo questionada pelos desenvolvidos para países como a China, o Brasil, a Índia e outros; o princípio de que nada estará aprovado a menos que cada acordo individual esteja decidido (*single undertaking*) está sendo um fator impeditivo de avanço como se viu na Rodada de Doha.

As transformações por que passam o comércio internacional e a economia brasileira exigem que a análise e a decisão desses temas sejam feitas de maneira pragmática, segundo o que é de fato o interesse nacional e sem influência ideológica.

Este foi publicado no Jornal O Globo 25/02/2014

*** Embaixador.**

O Mapa e o Território - risco, natureza humana e o futuro das previsões



Alan Greenspan foi o homem mais poderoso das finanças mundiais por dezoito anos - período em que comandou o Federal Reserve, o banco central americano. Durante sua gestão, o mercado financeiro atingiu picos de crescimento jamais imaginados, um fenômeno que o próprio Greenspan chegou a chamar de "exuberância irracional".

Mas pouco tempo depois de deixar o Fed, uma das maiores crises financeiras de todos os tempos - se não a maior - solapou todos os grandes mercados ao redor do mundo. A grande crise financeira de 2008 acabou gerando uma prolongada recessão em escala global. O que deu errado? Por que quase todos os economistas e políticos relevantes estavam tão enganados em suas previsões e gestões de risco?

A **Editora Companhia das Letras** ajuda a responder estas perguntas, neste livro publicado pelo autor Alan Greenspan, que se dedicou a um exame rigoroso e abrangente acerca de como o Homo economicus prevê o futuro - e como ele pode fazer isso de forma mais eficiente. O risco econômico é um fato da vida em todos os seus domínios, da administração da casa à administração de empresas, incluindo as atividades de organizações não governamentais e, claro, do próprio governo. Tenhamos ou não consciência desse fato, todos os dias fazemos apostas no futuro. Mas, com muita frequência, acabamos nos orientando por mapas antiquados, quando não somos impulsionados por fatores totalmente fora de nosso controle consciente.

O mapa e o território é um tratado minucioso sobre como atualizar a grade conceitual de que dispomos para fazer previsões. Integrando o mais recente trabalho de economistas comportamentais, a história das previsões econômicas e suas próprias memórias, Greenspan oferece ao leitor uma visão lúcida e fundamentada sobre o que podemos ou não prever acerca do futuro.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA · SILVA · GAEDE & ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas · Navegação
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gaiasilvagaede.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º E 10º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gaiasilvagaede.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gaiasilvagaede.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gaiasilvagaede.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gaiasilvagaede.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK

Vender a empresa não é pecado

*Marcos Hiran V. L. Silva**

Muitas vezes, as pessoas têm uma visão enganosa de que vender uma empresa é um erro, um pecado. Isso vem provavelmente de uma percepção que as pessoas tinham antigamente de que uma companhia só era vendida em momento de dificuldades, crises ou até beirando um certo desespero. Trata-se de uma percepção patrimonialista, ultrapassada, mas ainda muito comum, principalmente em empresas familiares, que vêm passando de pai para filho ao longo de gerações e gerações.

Há muitas situações em que faz sentido e pode ser positivo vender a empresa, seja parcialmente ou mesmo 100%, tendo em vista benefícios que a operação pode trazer tanto para os sócios quanto para o próprio negócio. Os dois principais motivadores para uma boa venda são dar liquidez para os sócios atuais ou melhorar o seu desempenho da empresa com a entrada de um sócio. Ou ainda as duas coisas simultaneamente.

Dar liquidez aos sócios, na prática, significa receber antecipadamente os resultados que a empresa traria no futuro. Quando uma companhia é vendida, os donos trocam a possibilidade de obter um ganho no futuro (resultados esperados) pelo dinheiro no presente, por liquidez. Ou seja, transformam patrimônio (quotas ou ações) em dinheiro – que pode inclusive ser investido em novas oportunidades de negócio e ser multiplicado.

No caso de uma venda parcial, ou seja, a entrada de um novo sócio, esse pode contribuir bastante para a melhoria do desempenho da empresa. O benefício pode ser não só a injeção de capital na companhia, mas também a incorporação de habilidades complementares, tais como tecnologias mais avançadas, acesso a novos mercados, capacidade de gestão e governança corporativa, etc. Isso aumenta a perspectiva de geração de caixa no futuro, fazendo com que após o investimento a parcela da empresa que permanece com os sócios originais valha mais que os 100% que eles detinham anteriormente.

Independente do tipo de operação, uma boa venda é aquela feita no momento adequado, com maximização de valor para o vendedor e com um estrutura de transação que proteja e garanta a captura de valor pelos sócios. Perspectivas de crescimento de receita e margens, existência de diferenciais competitivos e atuação em mercados com potencial de crescimento e consolidação são exemplos de indicadores de um bom momento para a venda. A maximização de valor e proteção para o vendedor são resultados naturais de um processo conduzido de forma profissional e estruturada, o que pode ser obtido com o apoio de assessores financeiros e jurídicos. Os assessores vão garantir que se extraia o máximo de valor da negociação e que os sócios estejam devidamente protegidos contratualmente em temas como direitos e deveres na sociedade, regras de saída do negócio, responsabilidade por contingências, diluição, futuros aportes de capital, etc., além de evitar a exposição desnecessária dos sócios ao longo da negociação.

Enfim, para quebrar paradigmas, vale lembrar que a abertura de capital (IPO) nada mais é do que a venda parcial de uma empresa, trazer um aporte financeiro, através da entrada de sócios, visando contribuir com um maior desenvolvimento da empresa. Nem por isso tem-se a percepção de que companhias vão para a bolsa estão cometendo erros. Então, muito diferente de um pecado, fazer uma boa venda da empresa é uma grande virtude.

** Sócio da Cypress.*

QUEM CONHECE CONFIA.

TERCEIRIZE SUA CONTABILIDADE

Experiência, credibilidade

e atendimento personalizado.

O melhor custo e benefício para sua empresa,
desde 1998.

Grupo PPF Brazil

Contadores

Nossos Serviços

- Contabilidade
- Impostos
- Folha de Pagamento
- Controle Patrimonial
- Controle Financeiro
- Peritagem Judicial
- Due-diligence
- Conselho Fiscal
- Reorganização Societária

Escritório Central: Av. Presidente Vargas, 435 - 13 º andar - Centro - Rio de Janeiro

Tel. 55+(21)2224-3794 www.ppfbrazil.com.br

1º Fórum Brasileiro de Mineração

O poder Executivo enviou ao Congresso, em julho de 2013, o Projeto de Lei nº 5.807/2013, dispondo sobre a atividade de mineração, quando então foi nomeada uma comissão parlamentar que teve como relator o Deputado Leonardo Quintão do PMDB/MG. Depois de participar de mais de 40 audiências públicas em vários estados do país, o deputado apresentou no início de novembro o seu parecer sobre o projeto de lei nº 37/2011 (Apensados os Projetos de Lei no 463/2011, no 5.138/2013, no 4.679/2012, no 5.306/2013, no 5.807/2013 e no 3.430/2012),

O parecer mostra um avanço enorme do projeto em relação ao texto de junho apresentado pelo governo ao Congresso Nacional, pois trata de questões fundamentais como o restabelecimento do direito de acesso ao subsolo pelo regime de prioridade, tal como praticado em países de fato mineradores como Canadá, Austrália, EUA, México, Chile e Colômbia.

O referido projeto trata ainda de aspectos que asseguram segurança jurídica à União, bem como ao minerador, além de buscar um aumento da eficiência, transparência, respeito ao meio ambiente, às comunidades e aos trabalhadores envolvidos, criando condições reais para que a pesquisa, a exploração e a comercialização dos recursos minerais se transformem numa atividade mais eficiente, rentável e competitiva através de regras que reflitam essas especificidades. O projeto trata de questões até então inéditas, mas sempre buscadas pelo setor, tais como: registro de promessas de cessão, royalties, títulos de crédito, critérios claros para apuração de CFEM, cédula de crédito mineral e necessidade de anuência da ANM para a criação de atividades restritivas à mineração, etc.

Não obstante haver pontos positivos no projeto do Deputado Leonardo Quintão, sentimos falta de questões como, por exemplo:

Roberto Gianetti - presidente da LIDE Infraestrutura

1. Ausência de conceito de reservas e recursos nos padrões internacionais. Não podemos mais conviver com situações onde o minerador tem uma jazida certificada internacionalmente, mas corre o risco de rejeição por parte do DNPM ou ANM. Daa mesma forma, depõe contra o país a aprovação de reservas inexistentes, mas certificadas pelo órgão gestor nacional, como ocorre comumente em casos de claro favorecimento.

2. Também não podemos aceitar que atividades clandestinas de mineração ou mesmo invasivas possam equiparar-se ou prevalecer sobre títulos legalmente constituídos. Neste sentido, devemos deixar claro que a figura do "achado mineral" poderia apenas ocorrer aos direitos legalmente constituídos.

3. Nos parece também injusto que o minerador que venha a ter seu direito revogado em razão do interesse público seja recompensado nos limites do seu investimento. O Congresso Nacional já entendeu em diversas circunstâncias similares que as indenizações devem ocorrer pelo justo valor do bem e o minerador neste aspecto merece mesmo tratamento.

4. Finalmente, gostaríamos de lembrar que o país precisa, em termos de mineração, crescer, diversificar, expandir seu conhecimento geológico, e para isso a compensação do lucro é fundamental. Nenhum investidor irá pesquisar e minerar sabendo que sua carga tributária é desconhecida ou demasiadamente alta. Precisamos pensar na atividade mineral em termos globais, bem como em nossa posição e nas dificuldades geográficas e estruturais. Entendemos que a CFEM deve levar em consideração as dificuldades de infraestrutura e riqueza do corpo mineral. Não podemos onerar da mesma forma um projeto no Xingu e um localizado próximo a estrada e portos, ou de concentrações desproporcionais. A Austrália, por exemplo, classifica diferenciadamente os royalties do minério de ferro pelo seu tipo: *lump, sínter e pellet feed*, assim como taxa o concentrado mais que o metal. São formas de incentivo que o país deve praticar.

Os líderes empresariais aqui presentes acreditam que agora é chegada a hora sim de se reformar o código de mineração atual, ou se for o caso aprovar-se uma nova lei, como a apresentada pelo Deputado Quintão, mas com as modificações aqui então mencionadas, para que se promova:

1. Preservação do interesse nacional;
2. Estímulo à pesquisa mineral pela iniciativa privada;
3. Segurança jurídica dos empreendimentos;
4. Respeito aos Direitos Adquiridos, à Propriedade Privada e ao Estado Democrático de Direito;
5. Respeito à Livre Iniciativa;
6. Atração de investimentos;
7. Ampliação da competitividade interna e no mercado internacional;
8. Harmonizar a relação da indústria mineral com a sociedade;
9. Estímulo à diversificação da cadeia produtiva mineral;
10. Incentivo à pesquisa de produtos minerais essenciais à economia e que são objeto de importações;
11. Criação de mecanismos que permitam o desenvolvimento e estímulo ao financiamento interno da pesquisa mineral;
12. Criação de uma Agência Nacional de Mineração forte, autônoma, com verdadeira independência administrativa e financeira.

O setor mineral encontra-se num clima de semiparalisia, com a redução de investimentos, sobretudo em exploração mineral, em razão das indefinições e demora na votação do projeto do novo marco regulatório.

Assim, considera-se urgente que o Congresso Nacional vote o mais rapidamente possível o projeto do relator Leonardo Quintão, para que a mineração possa retomar suas atividades normais.

Este é um setor decisivo para o desenvolvimento socioeconômico do país, dando contribuição imprescindível para a balança comercial e para a interiorização sustentável e o desenvolvimento do país.

A mineração brasileira tem dado grande contribuição à tecnologia como foi claramente demonstrado neste Fórum através de exemplos como os da CBMM e Anglo American, principalmente.

Para continuar se desenvolvendo, o setor precisa contar com uma infraestrutura adequada, notamente em termos de energia e logística de transporte. Para isto seria necessário que se agilizasse o processo de concessões estaduais e federais, para que os empreendedores possam investir e viabilizar seus projetos.

Estas, dentre outras medidas, são imprescindíveis para que o Brasil mantenha sua atratividade no contexto da mineração mundial.

A nova Lei Anticorrupção e as boas práticas de Compliance

*Thiago Rodovalho**

A recente entrada em vigor da Lei 12.846/13, conhecida como Lei Anticorrupção, inaugura um novo cenário no país, com a criação de novas e severas sanções administrativas de combate à corrupção, independentemente das responsabilidades judiciais civis e penais, que vão da aplicação de multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto da pessoa jurídica, nunca inferior à vantagem auferida com o ato ilícito (quando possível sua estimação), e em não sendo possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto, a multa será de seis mil a sessenta milhões de reais, não excluindo ainda a obrigação da reparação integral do dano causado à Administração Pública. Outra sanção administrativa é dar-se publicidade à decisão condenatória, a expensas da pessoa jurídica.

Além disso, a lei prevê, nessa esfera de sanção administrativa, a responsabilidade objetiva da empresa, ou seja, independentemente de alegação de culpa ou intenção, bastando que tenha havido a prática dos atos lesivos descritos na lei (atos de corrupção), praticados em seu interesse, inclusive no exterior, sem excluir a responsabilidade individual de seus dirigentes, administradores ou de qualquer pessoa natural que participe do ato ilícito.

Deste modo, exige-se das empresas, para além de não tolerar a prática de determinados atos por seus funcionários, a adoção efetiva de boas práticas internas no relacionamento com a Administração Pública e com funcionários públicos.

Não obstante seus aspectos positivos, a nova lei tem também pontos perigosos, que deverão ser melhor regulamentados e/ou decotados pelo Poder Judiciário. Um dos problemas diz respeito à sobreposição de competências. A lei prevê que os poderes em nível federal, estadual e municipal terão competência para aplicar sanções administrativas, sem prever mecanismo de coordenação entre essas diversas autoridades competentes ou disciplinar com clareza como resolver problemas de sobreposição,

podendo haver duas ou mais autoridades investigando e sancionando o mesmo fato, o que, na prática, gerará inúmeros conflitos.

Além disso, poderá haver problema de bis in idem (mais de uma sanção pelo mesmo fato), pois há outras leis que também apenam condutas de corrupção, como a lei de improbidade administrativa e a lei de licitações. Outra dificuldade a ser superada diz respeito ao excesso de poder e discricionariedade conferidos à autoridade administrativa, o que poderá levar a arbitrariedades, ingerência política-ideológica, abusos e desvios de poder, que demandarão um atento controle pelo Poder Judiciário.

Por fim, a previsão na lei de possibilidade de acordo de autodelação (leniência) está mal disciplinada, pois não estende a imunidade para as esferas civil e penal, de modo que a empresa que faça a autodelação, conquanto tenha benefícios na esfera administrativa, ainda poderá ser processada civil e criminalmente, a partir dos fatos e provas que ela mesma forneceu, sem qualquer benefício. A lei também não estende a imunidade às pessoas físicas integrantes da empresa leniente, que igualmente responderão civil e criminalmente pelos atos de corrupção. Na prática, esses dois aspectos esvaziam o interesse em celebrar-se o acordo de leniência, que poderia ser um grande instrumento de combate à corrupção.

Seja como for, com a nova lei, a adoção, pelas empresas, de Código Interno de Conduta (Programas de Compliance) e de medidas de prevenção passam a ser palavras de ordem.

**** Advogado, membro da Lista de Árbitros do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo – CAESP, da Câmara de Mediação e Arbitragem das Eurocâmaras – CAE, da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial – CBMAE e do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CEBRAMAR.***

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro - criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2013/2015 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Ary da Silva Graça Filho, João Carlos França de Luca, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Ricardo Emmanuel Vieira Coelho, Roberto Castello Branco, Roberto Procópio de Lima Netto e Thomas Klien.*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *José Carlos Monteiro*
1º Vice-presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*
Vice-presidentes - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Gustavo Damazio de Noronha, João Carlos Peixoto de Lima, José Octávio Vianello de Mello, Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Diretor Executivo - *Marcos Chouin Varejão*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *João Carlos Reichmann Mader*

Membros - *Claudio Roberto Contador e José Carlos Fardim,*

Suplentes - *Luiz Affonso Romano, Luiz Eduardo Marinho e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

Conselho Consultivo
Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Diretoria Adjunta
Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz, Roberto Haddad e Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior.

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fontes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theóphilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Coordenação Editorial
Mara Iglesias

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Distribuição
Simone Lira

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

IV Prêmio IBEF de Sustentabilidade

Premiação conta com o patrocínio da Petrobras e da Deloitte

A quarta edição do Prêmio IBEF de Sustentabilidade irá certificar e premiar cases de empresas e administrações que possuem projetos e ações na área de Sustentabilidade. Para saber detalhes sobre o procedimento de participação e elaboração do case, acesse:http://www.ibefrio.org.br/secoes/page/72/Premio-IBEF-de-Sustentabilidade, as inscrições já estão abertas.

O objetivo da criação do prêmio é dar visibilidade às boas práticas desenvolvidas e reconhecer a adoção de estratégias inovadoras, tanto em produtos como em gestão, com a melhoria de processos e qualidade de produtos e serviços, atendendo a demanda dos consumidores e diminuindo os custos da operação.

Para certificar os aprovados e premiar os vencedores de cada categoria, o IBEF promoverá um evento Solenidade de Premiação e Certificação em 15 de agosto de 2014, no Rio de Janeiro. Os ganhadores que possuírem os melhores cases serão conhecidos na oportunidade, receberão o Troféu Ecosofia – nome escolhido para a escultura desenhada por Gian Carlo Patuzzi exclusivamente para a iniciativa, além de outras iniciativas de reconhecimento e divulgação.

O Projeto conta com o patrocínio da Petrobras, que valoriza, entre as ações desenvolvidas, aspectos sociais e de preservação do meio ambiente. Prova disso é que, em 2013, foi selecionada pelo oitavo ano consecutivo a integrar o Dow Jones Sustainability Index World (DJSI World) da Bolsa de Nova York, nos Estados Unidos, que avalia as melhores práticas de gestão social, ambiental e econômica no mundo.

A empresa recebeu sete vezes nota máxima no critério transparência e também na categoria liberações ao meio ambiente. Houve destaque ainda nos critérios impacto social nas comunidades, políticas e sistemas de gestão ambiental e gerenciamento de risco e crise. ODJSI World é o mais importante índice mundial de sustentabilidade.

Em 2012, os investimentos e os gastos operacionais em proteção ambiental da empresa, inclusive com projetos de gestão ambiental e patrocínio a projetos externos, somaram R$ 2,9 bilhões. O valor indica crescimento de 7% na comparação com 2011.

Um dos projetos desenvolvidos pela empresa é o Programa Petrobras Ambiental, alinhado ao Plano Estratégico e ao Plano de Negócios da empresa, que confirma o compromisso da Companhia em contribuir para a implementação do desenvolvimento sustentável, estratégia que se evidencia no enfoque integrado dos processos produtivos e do meio ambiente. Por meio de sua política de patrocínio ambiental, a Petrobras investe em iniciativas que visam à proteção ambiental e à difusão da consciência ecológica.

Além da Petrobras, outra patrocinadora do Prêmio IBEF de Sustentabilidade é a Deloitte. A empresa realiza consultoria ambiental e de sustentabilidade, a elaboração e verificação de inventários de gases de efeito estufa, faz suporte na preparação de projetos relacionados ao mercado de carbono (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL), desenvolvimento de indicadores de gestão para a sustentabilidade e assessoria na implementação, entre outros.

Toda empresa para crescer precisa inovar.
Toda empresa para inovar precisa investir.
Toda empresa para investir pode contar com a AgeRio.

A AgeRio tem uma linha de financiamento especial para apoiar projetos de inovação nas empresas do Rio de Janeiro. Com ela você pode investir no desenvolvimento de novos produtos, processos e modelos de negócios, até ações de marketing.

Na AgeRio você estimula o crescimento da sua empresa, aumenta sua competitividade e ainda participa do desenvolvimento do nosso Estado.

AGERIO
Agência Estadual de Fomento

Faz pela sua empresa. Faz pelo Rio.

AgeRio: Av. Rio Branco, 245 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ • Tel.: (21) 2333-1212

www.agerio.com.br

GOVERNO DO Rio de Janeiro
SOMANDO FORÇAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

A nº 1 brasileira de auditoria independente conta com 350 escritórios em 75 países.

FAÇA A SUA ESCOLHA.

Lopes, Machado
Auditors, Consultants & Business Advisers

Independent Member of
BKR
International

SEDE Rio de Janeiro
Macaé - RJ • São Paulo - SP • Belo Horizonte - MG
Salvador - BA • Recife - PE • Vila Velha - ES

Credibilidade: fator que coloca a BKR entre as maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo.

Auditoria • Auditoria de TI e Riscos Corporativos • Consultoria de Estratégia e Gestão • Consultoria Tributária e Trabalhista
Due Diligence • Treinamento Empresarial • Serviços Especiais

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br

55 21 2156-5800

www.lopesmachado.com

22 anos